

Breve Instrução Cristã

JOÃO CALVINO

Organização, Tradução e Introdução

DIMAS DE ALMEIDA



**Edições Universitárias
Lusófonas**

Colecção (Re)Pensar a Religião

Paralelamente à periódica edição da *Revista Lusófona de Ciência das Religiões*, o Centro de Estudos de Ciência das Religiões da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias publica também uma série monográfica sobre temas da sua área de pesquisa e estudo, fruto do trabalho de investigação do seu corpo de docentes e investigadores.

- Vol. I *A Questão do Λόγος e os Discursos de Jesus na Evangelho de São João*
Pedro Figueiredo
- Vol. II *A Short Grammar of the Harappa Language*
José Carlos de Calazans
- Vol. III *Breve Instrução Cristã*
João Calvino
- Vol. IV *Baal, ADN de Deus*
Paulo Mendes Pinto

Nota sobre a Tradução

Foi durante o Inverno de 1536-1537 que João Calvino, em Genebra, redigiu o texto *Instruction et Confession de Foi, dont on use en l'Église de Genève*, impresso por Wigand Koeln. Esta nossa tradução é feita a partir da edição francesa organizada por Pierre Courthial: Jean CALVIN, *Brève Instruction Chrétienne*, St-Germain-en-Laye, *La Revue Réformée*, n.º 30 – 1957/2, tome VIII.

FICHA TÉCNICA

Título: Breve Instrução Cristã

Autor: João Calvino

Organização, Tradução e Introdução: Dimas de Almeida

Editor: © Edições Universitárias Lusófonas, 2009

Direcção da Colecção: Paulo Mendes Pinto

Paginação e capa: Rui A. Costa Oliveira

Impressão e acabamentos: Rolo & Filhos II, S.A.

Depósito Legal:

ISBN: 978-972-8881-70-2

Tiragem: 500 exemplares

Antelóquio

1. Há quinhentos anos, no dia 10 de Julho, nascia João Calvino. A importância histórica do homem exige que não deixemos passar a data sem um gesto da nossa parte. Daí esta publicação. A obra teológica deixada por Calvino é imensa. Marcou profundamente o nosso mundo Ocidental.

Ao editarmos esta *Breve Instrução Cristã* estamos a verter para a nossa língua uma pequena obra de Calvino cujo valor não é despiciendo para, num contexto de Ciência das Religiões, melhor conhecermos as ideias religiosas que influenciaram o nosso mundo. Não nos esqueçamos, por exemplo, da importância que Max Weber atribui ao pensamento calvinista no aparecimento dessa nova racionalidade económica que é o capitalismo. Na senda de Weber podemos chamar a atenção para duas coisas: primeiro, para a necessidade do estudo das religiões para uma compreensão mais ampla da história humana; em seguida, para a compreensão de que ideias aparentemente abstractas — tal como a ideia da predestinação que em Calvino ocupa um lugar importante, embora não central — podem ter um impacto concreto na história. Não nos esqueçamos ainda de pelo menos mais uma coisa: a repercussão que o pensamento de Calvino, segundo alguns analistas, terá tido no surgimento da ideia de democracia no nosso Ocidente. Alguns historiadores dizem, até, não ser descabido encontrar a origem do nosso sistema democrático nos presbiterianos dos Estados Unidos da América.

2. O calvinismo é parte integrante da secular tradição protestante. Tradição sempre entendida pelos protestantes como algo de que a dignidade e a autoridade nada têm de absoluto. Vale a pena ouvirmos a este respeito Karl Barth, considerado como um dos maiores teólogos do século XX, ele mesmo de tradição calvinista, figura incontornável na história do pensamento teológico: «Calvino nunca foi nosso papa. Entre nós, protestantes, não há uma canonização de Calvino como no

catolicismo acontece com St.^o Agostinho ou S. Tomás de Aquino. Nem o elevamos ao grau de doutor. Os Reformadores, nossos pais na fé, unidos aos pais da Igreja antiga, não podem ser para nós senão “instituidores” ou, mais exactamente, antepassados que nos ajudam a compreender. A verdadeira autoridade dos cristãos protestantes é a Palavra, aquela que o próprio Deus pronunciou, pronuncia e pronunciará eternamente mediante o testemunho do seu Espírito Santo nos escritos do Antigo e do Novo Testamento. Calvino é para nós um mestre na arte de escutar esse singular e único ensino da Igreja. (...) Assim, pois, um protestante avisado não poderá ter a pretensão de reproduzir, nos nossos dias, uma forma de calvinismo. O “calvinismo” é um conceito que devemos aos historiadores modernos. Quando o utilizamos, não percamos de vista que às Igrejas reformadas nos séculos XVI, XVII e XVIII nunca lhes passou pela cabeça nomearem-se “calvinistas”. Uma Igreja de que a doutrina e a constituição se inspiram em Calvino não pode ser senão uma “Igreja submetida à Palavra”, o que implica ser uma Igreja que não foi reformada uma única vez somente, no passado, mas que deve sê-lo hoje de novo.» (Charles GAGNEBIN, *Calvin. Textes choisis* par Charles Gagnebin. Préface de Karl Barth, pp. 9-10).

Sinopse Cronológica

- 1509 (10 de Julho). Nascimento de João Calvino em Noyon, na Picardia. O pai, Gérard Cauvin, é notário do capítulo. No Colégio dos Capettes, em Noyon, Calvino aprende as primeiras letras. *Cauvin* era seu verdadeiro nome. Calvino é a retranscrição em francês do latim *Calvinus* que traduzia *Cauvin*.
- 1521 (Maio). Calvino obtém um favor eclesiástico: uma parte da receita da capela da Gésine (catedral de Noyon).
- 1523 (Agosto). Calvino é enviado para estudos em Paris. No Collège de la Marche, tem como professor de latim o famoso latinista Mathurin Cordier.
- 1524 De 1524 a 1528 Calvino estuda como interno no Collège Montaigu, onde recebe uma formação escolástica: gramática, filosofia, teologia.
- 1528 Calvino obtém o grau de mestre em humanidades. Deixa Paris e vai para Orléans onde, por desejo do pai, renuncia à teologia para fazer direito.
- 1530 Em Bourges, Calvino segue os cursos do jurista Alciat. Melchior Wolmar, um luterano, ensina-lhe grego.
- 1531 (26 de Maio). O pai de Calvino morre, excomungado.
- 1532 (14 de Fevereiro). Calvino é nomeado «licenciado em leis».
- 1532 Uma vez os seus estudos jurídicos terminados, em Paris, Calvino entrega-se ao estudo das belas-letas, seguindo as lições dos prestigiados Danès (grego), Vatable (hebraico) e Budé.

Neste mesmo ano, em Abril, Calvino publica um *Comentário* dos dois livros do *De Clementia*, de Sêneca. Calvino afirma-se como humanista; e no Outono, na Universidade de Orléans, é substituto do procurador da «nação» da Picardia.

- 1533 Não se sabe com rigor, mas talvez seja por esta altura que se regista a conversão de Calvino. Ignoramos se ele terá passado por alguma crise espiritual. No prefácio ao *Comentário dos Salmos*, de 1557, fala-se de uma *subita conversio* (conversão súbita). Pode-se, contudo, dizer que, diferente do calvinismo, o luteranismo ficou mais fortemente marcado pela experiência espiritual que está na sua origem, o drama e a luta interior de um monge (Lutero) a quem as regras e os exercícios da sua ordem não proporcionam a paz que procura, drama e luta inerentes a uma busca: como posso estar seguro de que existe para mim um Deus misericordioso? Acontece, assim, na origem do luteranismo um momento subjectivo muito forte. No calvinismo não ocorre tal.

Em Outubro deste ano Calvino regressa a Paris. Em Novembro, na Universidade de Paris, no início do ano lectivo das quatro Faculdades, o reitor Nicolas Cop faz um discurso onde elogia a «filosofia cristã», isto é, o Evangelho. A reacção não se faz esperar, e Cop vê-se obrigado a fugir para Basileia. Calvino, que parece ter sido o inspirador desse discurso (talvez mesmo o tenha redigido), deixa Paris e é acolhido em casa de um sacerdote seu amigo, Louis du Tillet. Renuncia às belas-letras e começa a trabalhar no que vai ser a primeira edição da *Instituição Cristã*.

- 1534 (4 de Maio). Em Noyon, Calvino renuncia aos benefícios eclesiásticos. Viagens a Paris, Angoulême, Poitiers. (Noite de 17/18 de Outubro). Em Paris, em Orléans, em Amboise aparecem, afixados, cartazes contra a missa. O rei Francisco I desencadeia as perseguições contra os Evangélicos. Calvino toma o caminho do exílio.

- 1535 (Janeiro). Calvino está em Basileia. Vive clandestino, com o nome de Lucianus (anagrama de Calvinus). (Junho). Calvino prefacia (*Epître à tous Amateurs de Jésus-Christ*) a tradução francesa do Novo Testamento, feita por Robert Olivetan. Trata-se do texto francês mais antigo de Calvino impresso durante a sua vida.

- (Agosto). Calvino termina a *Epître au Roi François I^{er}*, que aparece como prefácio da primeira versão da *Institutio Christianae Religionis*.
- 1536 (Março). É publicada a primeira versão da *Institutio Christianae Religionis*, com seis capítulos. A versão seguinte aparecerá em 1539, com dezassete capítulos, a terceira versão entre 1543 e 1550 com vinte e um capítulos, e a versão definitiva em 1559, com oitenta capítulos. Sem substanciais mudanças de doutrina entre as várias versões, regista-se, contudo, uma mudança de ênfase e de contexto doutrinal. A passagem dos seis capítulos iniciais aos oitenta finais é devida ao tratamento desenvolvido de questões já previamente tratadas, a novas referências teológicas e históricas a escritores do passado, e, sobretudo, às Escrituras e à inclusão de controvérsias contra diversos movimentos de pensamento.
- (Abril). Calvino está em Paris.
- (Julho). Calvino dirige-se a Estrasburgo, seguindo, — em virtude da guerra entre o rei da França e o imperador —, um itinerário que o faz passar por Lyon e Genebra. Em Genebra, o reformador Guilherme Farel insta-o a ficar na cidade. Como doutor, Calvino lecciona teologia na catedral.
- 1537 (Abril). Calvino e Farel providenciam a publicação de uma confissão de fé «*laquelle tous bourgeois et habitants de Genève et sujets du pays doivent jurer de garder et tenir*».
- 1538 (23 de Abril). Na sequência de um conflito motivado por pontos de disciplina, o Conselho de Genebra vota o desterro de Calvino e de Farel.
- (Setembro). Calvino exila-se em Estrasburgo, onde ensina teologia, dirige a comunidade francesa, participa em colóquios e continua a trabalhar na *Institutio*.
- Durante os quase três anos que passa em Estrasburgo, Calvino ocupa-se da comunidade de refugiados franceses. Mas, sobretudo, vive este tempo de um modo extraordinariamente fecundo: pensa e escreve. É o tempo em que a Reforma toma nele forma. O Reformador Calvino nasce.
- 1539 (Agosto). Calvino publica a segunda versão latina da *Institutio*.
- 1540 (Agosto). Calvino casa com Idelette de Buren.

(Outubro). O Conselho toma a decisão de pedir a Calvino que regressasse a Genebra.

(Novembro). Calvino hesita em regressar. O Conselho genebrino insiste no pedido.

1541 (1 de Maio) O Conselho declara ter Calvino e Farel por «pessoas de bem e de Deus» e revoga o édito do desterro de três anos antes.

(13 de Setembro). Calvino regressa a Genebra. Assume o cargo de ministro da Palavra (doutor e pastor). Nunca exerceu uma função civil. Desde esta altura, e até à sua morte ocorrida em 1564, Calvino não deixará Genebra.

Neste mesmo ano aparece em Genebra a *Institutio* «composée en latin par Jean Calvin, et translatée en français par lui-même», a partir do texto latino da versão de 1539.

(20 de Novembro). Os Conselhos adoptam, com ligeiras alterações, as *Ordenanças Eclesiásticas* propostas por Calvino. Segundo as *Ordenanças*, o governo eclesiástico compreende quatro ordens: os pastores, os doutores, os anciãos e os diáconos.

O *Consistório*, tal como concebido pelas *Ordenanças*, compunha-se de doze anciãos designados anualmente pelos dois Conselhos, e por seis pastores eleitos pelos seus colegas. Reunia-se semanalmente (à quinta-feira) e tinha como dever o exercício da disciplina entre os membros da Igreja (assegurar a unidade da fé, a frequência aos ofícios, a honestidade dos costumes).

1542 O catecismo de Calvino reaparece inteiramente refundido e segundo um novo plano, redigido à maneira de perguntas e respostas. Este segundo catecismo foi por Calvino traduzido do francês, sua língua de origem, em latim, tendo a edição latina aparecido em 1545. Foi este catecismo refundido que, na língua de origem, o francês, foi adoptado pelas Igrejas reformadas de língua francesa, em Genebra, em França, nas Igrejas francófonas da Bélgica e nas comunidades de refugiados vítimas da perseguição. Foi esse o catecismo que, ao longo de alguns séculos, veio formando doutrinariamente os cristãos da tradição reformada.

1547 (16 de Dezembro). Correndo risco de morte, Calvino intervém numa sessão do Conselho dos Duzentos, com o objectivo de manter a independência do poder espiritual em relação ao Estado.

1549 (29 de Março). Morte da mulher de Calvino.

1553 O caso Miguel Servetus.

Por volta de 1540, Servetus fixa-se em Viena, e mantém com Calvino relações epistolares sobre assuntos teológicos. Servetus rejeitava a doutrina niceia da Trindade, a cristologia do Concílio de Calcedónia e o baptismo das crianças.

Em 13 de Fevereiro de 1547, Calvino rompe com Servetus, que continua a viver em Viena.

Em 17 de Junho, o Tribunal de Viena condena Servetus à morte por heresia. Evade-se da prisão, é queimado em efígie, e os seus livros em realidade.

Em 13 de Agosto, Servetus é descoberto em Genebra e acusado de heresia. Alguns estudiosos do caso pensam que a ida de Servetus para Genebra se terá devido a uma armadilha do bispo de Viena: Servetus, o ingénuo Servetus, fica com o caminho aberto para ir para uma cidade onde a sua morte iria ser um desmentido à «Genebra pátria da liberdade». E o caso acontece na altura de um mau momento político para Calvino. Na sequência da intervenção de Philibert Berthelier (um influente genebrino adversário de Calvino), o processo complica-se com uma incidência política: trata-se de medir as forças respectivas dos dois grupos que dividem Genebra, e quanto tempo mais vai durar a autoridade de Calvino.

Em 17 de Agosto, Calvino apresenta-se em pessoa diante do Conselho e pronuncia-se contra Servetus.

Em 21 de Agosto, o Conselho decide solicitar os pareceres das Igrejas de Berna, de Basileia, de Zurique e de Schaffhouse. Pede a Viena a comunicação das actas do processo movido ao prisioneiro.

Em 31 de Agosto, o Conselho responde com uma recusa ao Tribunal de Viena que reclama a extradição de Servetus para o executar.

Em 1 de Setembro, o Conselho promove uma discussão entre Servetus e Calvino, com a intenção de «demonstrar» a Servetus os seus erros. De 1 a 15 de Setembro, o diálogo desenrola-se por escrito.

Neste mesmo dia, Berthelier apresenta-se diante do Conselho e pede que a excomunhão, decretada pelo Consistório, lhe seja levantada. É sua intenção ser admitido à comunhão do domingo 3 de Setembro. Calvino, consciente da necessidade de defender

a não intromissão do poder político no poder religioso, protesta, mas em vão. O Conselho aquiesce ao pedido de Berthelier.

Em 2 de Setembro, diante do Conselho, Calvino declara que prefere morrer a dar a ceia a um excomungado. O Conselho mantém a sua decisão, mas obriga Berthelier a dizer que não se apresentará à comunhão.

Em 3 de Setembro (domingo), no seu sermão, Calvino defende a independência do poder espiritual. À tarde, convencido de que a sua atitude provocaria uma reacção enérgica por parte das autoridades civis, pronuncia um sermão de despedida.

Em 7 de Setembro, Calvino e os pastores de Genebra protestam diante do Conselho, a fim de assegurarem a independência do poder eclesiástico.

Em 15 de Setembro, renovam o seu protesto.

Em 18 de Setembro, o Conselho decide observar os éditos como antes. Fica assim salvaguardada a independência do poder eclesiástico.

Em 22 de Setembro, Servetus dirige às autoridades genebrinas um pedido para que, em consonância com a lei de talião, Calvino seja preso como falso acusador e herético «até que a causa seja definida, por morte dele ou minha, ou uma outra pena».

Em 18 de Outubro, as Igrejas suíças respondem: as suas cartas condenam a doutrina de Servetus e aprovam a atitude de Calvino e dos seus colegas.

Em 26 de Outubro, o Conselho decreta que Servetus seja queimado vivo no dia seguinte. Calvino escreve a Farel: «Esforçámo-nos para mudar o género da morte. Mas em vão. Dir-te-ei, de viva voz, o motivo pelo qual nada conseguimos obter.»

Calvino opôs-se à fogueira, o que faz cair a imputação de crueldade, mas não a de intolerância.

Em 27 de Outubro, Servetus é morto na fogueira, em Champel. Tal como Lutero em face dos camponeses revoltados, Calvino viveu a experiência trágica do conflito dramático entre o anúncio do Evangelho e a defesa da ordem estabelecida.

À medida que o tempo ia passando, mais se consolidava a posição de Calvino, mesmo com a oposição de um grupo dentro do Conselho: os «patriotas» que, na sua acentuada xenofobia, manifestavam hostilidade aos refugiados provenientes da França, da Itália e da Holanda, perseguidos pela sua fé. Odiavam os estrangeiros.

Eram conhecidos como «libertinos», que só concordavam com o exercício da disciplina moral desde que esta fosse exercida pelo

Conselho e não pelo Consistório de Calvino. Durante anos, Calvino teve de defrontá-los. E fê-lo evidenciando tanta determinação quanta inteligência. Em 1555 foram, em eleições, destituídos dos seus cargos políticos, e muitos deles, pelos seus sentimentos xenófobos, acabaram seguindo o caminho do exílio. Em defesa dos estrangeiros que procuravam porto de abrigo em Genebra, pronunciou-se frequentes vezes Calvino. Num sermão sobre a Epístola aos Efésios, pronunciou as palavras: «Aqueles que gritam contra os estrangeiros, chegando ao ponto de pronunciarem esse nome injuriosamente, esses tais não poderiam encontrar um meio melhor para afirmarem que não são dignos de serem contados entre os filhos de Deus. Indignos, portanto, de serem recebidos na sua Igreja, à semelhança de cães ou de porcos.» (cit. de Philip Benedict, “Calvin et la transformation de Genève”, in AA. VV. *Calvin et le calvinisme*, p. 15).

O teólogo católico Hans Küng, numa substancial obra sua, sublinha as palavras de um dos mais importantes biógrafos e intérpretes de Calvino, T.H.L. Parker:

«A história de Calvino é a de um homem de ordem e de paz que nasceu num mundo de conflito. Conservador por natureza, por formação, por convicção, as suas ideias tornaram-se as mais revolucionárias na Europa. A ordem, de tendência aristocrática, que ele prezava e ao estabelecimento da qual devotou a sua vida, tornou-se uma das plataformas para a democracia nos séculos subsequentes. A sua teologia estava tão fundamentada no antigo que acabou por aparecer à luz do dia como uma novidade.» (KÜNG, Hans, *Christianity. Its Essence and History*, London, SCM Press, 1995, p. 573).

- 1559 (5 de Junho). Inauguração da Academia (futura Universidade). Colocada sob a direcção de Teodoro de Beza, a Academia compreende três cátedras: grego, hebraico, filosofia. É desta escola que sairá todo um escol cultivado que difundirá a Reforma na Europa inteira.

Neste mesmo ano, em edição de Roberto Estinne, Genebra, aparece a *Institutio Christianae Religionis*, na sua última edição, em quatro livros e oitenta capítulos.

- 1560 No mês de Agosto, João Crespin imprime em Genebra a *Institution de la Religion Chrétienne*, tradução francesa da versão latina de 1559.

1564 Os últimos nove anos da vida de Calvino vêem o triunfo das posições calvinianas em Genebra e a sua espantosa irradiação internacional.

Em 2 de Fevereiro, Calvino dá o seu último curso na Academia.

Em 6 de Fevereiro, Calvino pronuncia o seu último sermão na Igreja de S. Pedro.

Sofre, há já muitos anos, de enxaquecas e de febres intermitentes.

Em 27 de Maio, morte de Calvino.

Em 28 de Maio, Calvino é sepultado sem pompas fúnebres no cemitério comum de Plainpalais. Nenhuma pedra foi colocada sobre a sua tumba. Foram assim cumpridas as suas instruções, e ninguém conhece o lugar do sepultamento.

Introdução

Quando estamos cansados de viver — desse mal viver nas grandes cidades superpovoadas, sufocantes, impiedosas — subimos a lugares altos. Procuramos o ar puro das montanhas, o ar salubre desses grandes espíritos que tudo sacrificaram, tudo deram para serem homens e para dos outros fazerem homens. Vamos vivificar-nos, regenerar-nos junto de um herói. Vamos passar alguns instantes com João Calvino.

Lucien FEBVRE,
Au coeur religieux du XVIe. siècle, p. 338.

1. Meio milénio nos separa do nascimento de João Calvino. O autor da *Institutio Christianae Religionis*, jurista e teólogo, humanista e reformador, arauto extremado da glória de Deus e exegeta da humanidade do homem, nasce, com efeito, há quinhentos anos.

Nasce sem parecer destinado a abraçar o movimento da Reforma na história e na geografia da latinidade europeia, ainda que a Reforma por ele corporizada tenha transcendido os limites dessa latinidade. Torna-se o Calvino da história mais por uma exigência que lhe é ditada do exterior do que por uma pré-disposição interior. Homem picardo (nasce em Noyon, França), fraco e severo, tímido e implacável, austero e generoso, vê-se constrangido, existencialmente constrangido, não a *inventar* a Reforma mas sim a modificá-la ao sentir-se por ela invadido jovem ainda.

Nasce, parece, com vocação de humanista: o jovem Calvino, estudante em letras, amante de Séneca, não parece ser figura proléptica do «Calvino demoníaco, impostor de Genebra». O predestinado Calvino vê-se compelido a entrar no palco europeu ao viver visceralmente — *agonicamente*, diria o nosso ibérico Miguel de Unamuno — uma sequência de surpresas e de encontros. Torna-se caravela almirante — simultaneamente amado e odiado — de um processo histórico de que é o principal protagonista, sem cálculo nem ambição, parece até que

mau grado seu. À primeira vista não parece dotado nem do carisma do apóstolo nem da capacidade especulativa do teólogo. E, contudo, acaba por ser um e outro. Apóstolo, a circunstância constringe-o a sê-lo. Teólogo, é-o em potência sob a figura do humanista. É assim que um homem e um livro surgem no palco da história: o homem é João Calvino; o livro é a *Institutio Christianae Religionis*.

2. Sim, Calvino não surge no palco europeu da Reforma como um Robinson, um primeiro homem do movimento reformador. É antecedido. Como sempre acontece, nunca há uma primeira manhã da história. Todos estamos predestinados a sermos antecededidos por muitos rostos, muitos gestos, muitas palavras, muitos sonhos, muitas mundividências. Antes dele, com um intervalo de uns vinte anos, e sem nunca se terem encontrado, está Martinho Lutero. E antes de Lutero, outros.

O homem alemão Lutero, deslumbrado pela sua redescoberta, proclama o Evangelho numa Alemanha profundamente dividida, vendo-se obrigado a procurar o apoio que lhe vão concedendo determinados príncipes contra um poder imperial que tinha tanto de clerical quanto de contestado. As contingências da história e da geografia — as suas contingências — levaram-no a atribuir uma excessiva importância a esses «bons príncipes», defensores da Reforma. E é graças às diligências de um deles, Frederico-o-Sábio, que é posto em lugar seguro, a salvo de uma morte certa, tempo de clandestinidade (uma clandestinidade tão rigorosa que não se sabe sequer se está vivo ou morto) durante o qual empreende a tradução do Novo Testamento. E quando a rebelião dos camponeses irrompe, e acaba por se traduzir na horrenda carnificina da guerra, é nesses príncipes que Lutero se apoia.

Na tensão entre filosofia e teologia que se instaura no universo de pensamento de Lutero, os seus latidos contra a primeira não implicam, forçosamente para ele, uma antítese entre ambas. Seríamos vítimas de um mal-entendido se assim pensássemos. Quando opta com determinação pela teologia contra a filosofia, fá-lo não no sentido de uma escolha entre dois ramos de estudo, mas sim no sentido de uma escolha na maneira de praticar a teologia. O que ele espera, espera-o unicamente da teologia e não da filosofia. E mesmo assim nem de toda a teologia o espera, mas de uma teologia justa e apropriadamente posta ao serviço da Palavra. A teologia é serva da Palavra e é nisso que ela encontra a sua justificação. Daí a sua vontade apaixonada de não se contentar com uma teologia escolástica, e de procurar uma teologia que seja verdadeiramente teológica. Os seus latidos contra a fi-

losófia estendem-se a uma teologia incapaz de dar conta do que é ser teologia cristã. É nessa óptica que se inscreve o seu conflito com o humanismo, particularmente o humanismo personificado em Erasmo. As relações de Lutero com Erasmo foram permanentemente marcadas — mas poderia ter sido de outro modo? — por uma distância de que, por vezes, não estava ausente o toque de uma certa proximidade. Inerente à pessoa de um Lutero não humanista está um princípio fundamental da sua Reforma, princípio que continua presente no luteranismo de hoje: a convicção funda de que o homem não se pode preparar para receber a graça mas somente recebê-la pela fé.

João Calvino, esse — não animado por nenhuma propensão anti-renascentista e habitante de um universo de pensamento de que o humanismo fazia parte — nasce numa pátria de onde as circunstâncias o forçam ao exílio. Exílio de metade do tempo da sua vida. Não tem príncipes em quem se apoiar, nem soberanos que lhe sejam propícios. Instam com ele, em duas ocasiões, para se fixar em Genebra, e lá se fixa, no princípio qual meteco.

O homem francês Calvino, epígono do Reformador alemão, tem de facto em face de si uma França já solidamente unificada e organizada sob a direcção de um príncipe católico. Mas não só. Tem também os cantões protestantes suíços com os quais manteve relações extremamente complexas. Nessa Genebra, lugar da maturidade do seu pensamento teológico, Calvino surge assim como uma espécie de mítica figura bifronte: olha para a sua França, mas — extremamente sensível ao desafio de pensar a *oikoumene* como superação de todo o facciosismo sectário — olha também para a restante Europa, sobretudo lá onde havia candentes lugares feitos palco do movimento da Reforma. Uma Genebra, em medida não desprecienda por ele organizada, talvez como uma espécie de compensação da sua impotência social e política em solo francês. Uma Genebra, palco de uma teologia — a dele, Calvino — simultaneamente fecunda e datada, livre e peada, emancipadora e autoritária. Uma Genebra, exemplo de uma cidade cristã submetida a um poder autoritário, limitado no tempo e isolado. Uma Genebra, palco também da coroa de glória de Calvino. É que, em 1536, ao pisar pela primeira vez solo genebrino, é instado pelo Conselho a ficar na cidade. Ao fim de pouco mais de dois anos, em 1538, é compelido, sob a acusação de autoritário prepotente, a abandonar a cidade. Fixa-se em Estrasburgo. Escassos três anos são passados, e em 1541 o Conselho de Genebra insta-o a regressar, pois se tinha sido difícil suportá-lo, com a sua saída muito mais difícil ainda se tinha tornado a situação: sem ele não podiam continuar. E Calvino, instado, regressa

a uma Genebra onde, até à sua morte — durante mais de vinte anos — se torna uma figura essencial. E contestada.

Com ele era o exercício de uma autoridade exigente a implicar submissão. Sem ele era a anarquia do caos. E os genebrinos fizeram a sua opção.

3. Calvino tinha apenas oito anos quando a disputa das indulgências em que Lutero se envolveu eclodiu na Alemanha. Uma geração separa, assim, um do outro. Une-os, porém, a vivência de uma profunda piedade enraizada, existencialmente enraizada, numa fé confiante na justificação do ímpio unicamente pela graça de Deus. Mas em registo diferente do de Lutero — o Lutero que, de um modo intuitivamente justo vai directamente a Cristo, e por Cristo a Deus — Calvino assume a doutrina de Deus do nominalismo, para a qual Deus é antes de mais nada vontade livre e poder soberano, única causa eficaz e agente no homem regenerado. A glória de Deus, para a qual permanentemente Calvino aponta, é nele expressão vivida de um desejo de não pôr limites à majestade e à liberdade divinas. A majestade de Deus e a sua liberdade são afirmadas calvinianamente até ao paroxismo, o que inevitavelmente o conduz, — mediante o caminho de um raciocínio mais lógico e filosófico do que propriamente exegetico — a afirmar a dupla predestinação. É aí, nesse pano de fundo marcado por uma teodiceia às avessas, que nada sacrifica à liberdade e à graça divinas — graça e liberdade, únicas competentes para pronunciar a primeira e a última palavra — que a predestinação é enquadrada. Que se reveste, em certo sentido, de um aspecto positivo, pastoralmente positivo: é preciso que a glória da salvação seja atribuída a Deus e a Deus só (é o *soli deo gloria*), e que, desse modo, o homem não duvide da sua eleição.

Se, logo no início do seu catecismo, à questão de saber qual é «o fim principal» da vida humana, Calvino responde que é «conhecer Deus e servi-lo», é porque para ele o conhecimento que o homem pode ter de si mesmo começa com o conhecimento de Deus. Mas não só. Mais do que isso, está sobretudo em jogo reduzir aqui o momento subjectivo (forte em Lutero) à sua mais simples expressão: o centro de gravidade está essencialmente não em saber como é que o homem se realizará a si mesmo, mas sim como é que no seu destino pessoal a glória de Deus será manifestada.

Ocorre em Calvino:

— uma insistência em magnificar a soberania e a providência de Deus;

- um julgamento sóbrio e lúcido da grandeza e da fraqueza do homem;
- uma narrativa simultaneamente fervorosa e grave das peripécias da vida do cristão com Deus;
- um apurado sentido do que chamaríamos *a essência* da Igreja (uma recusa de toda a teoria oca assim como de toda a acção impensada);
- um amor real da vida, deste mundo, (o único que nos é dado); uma vivência não sombria (já chega da imagem de um Calvino permanentemente sombrio!) das profundidades e dos segredos do quotidiano a viver;
- uma arte em não separar antiteticamente a parte de Deus e a parte do homem que, distintas embora, não se excluem;
- uma capacidade notável em considerar a vida espiritual e a política, a liberdade e a disciplina, a Igreja e o Estado, sem perder de vista as suas fiferenças essenciais mas também as suas essenciais correlações;
- um reconhecimento de que toda a nossa força aqui em baixo nos é dada do alto.

4. A ênfase calviniana na providência de Deus, como lugar teológico possível para a construção de uma ética, supõe uma dupla exigência: não ignorar o carácter dramático da existência humana, submetido ao pecado e à morte, mas também ter em conta a explicitação das consequências morais da fé, compreendida esta como a regeneração da responsabilidade do ser humano.

A antropologia calviniana, elemento estruturante da sua ética, está mais, muito mais, sintonizada com Agostinho de Hipona do que com Pelágio. A disputa que mil anos antes de Calvino tinha oposto Agostinho a Pelágio, se transposta para o século XVI, teria levado sem dúvida Calvino a colocar-se do lado de Agostinho. Entre o que poderíamos designar a mundividência mítica augustiniana no que ao pecado original concerne (com as suas pesadas repercussões, no século XVI, nos Reformadores), e a plausibilidade ética pelagiana (com as suas expressivas incidências no humanismo erasmiano e no racionalismo ético dos Modernos), entre ambas, não há dúvida de que Calvino pende muito mais para a primeira. Está ainda muito distante de uma atitude hermenêutica dos símbolos, própria da nossa contemporaneidade, caracterizada pelo desejo de articular a profundidade do mito e a verdade prática da ética.

Calvino não se exclui do humanismo: é humanista mas só até ao

ponto em que a influência de Agostinho nele o permite ser. Habita-o profundamente o desejo de não minimizar a tragicidade da existência humana, submetida ao pecado e à morte, e de fazer emergir as consequências morais da fé, entendida esta como a regeneração da responsabilidade do ser humano.¹

Em Calvino há, com efeito, a convicção de que ao perder o conhecimento de Deus o homem perde-se a si mesmo ficando prisioneiro do seu mundo ilusório. Di-lo enfaticamente em vários passos, no texto que aqui se publica. Di-lo no mesmo registo, e em tom lapidar, na *Institutio*: «O que há de mais nobre e de mais digno nas nossas almas encontra-se não somente obnubilado e ferido, mas completamente corrompido, não obstante alguma dignidade que aí possa reluzir.»² O homem não está destituído de «alguma dignidade», mas somente a fé, fruto da graça de Deus, lhe pode restituir todo o seu valor.³

Para Calvino, com efeito, o que no homem natural resta de «gérmen de religião» foi como que esterilizado pelo pecado. Não significa isso, porém, que o homem tenha deixado de ser trabalhado pela questão do bem e do mal. Continua a sê-lo, assim como continua a ser habitado por «algumas chamazinhas, para demonstrar que é um animal racional, distinguindo-se assim dos animais por ser dotado de inteligência.»⁴

Teólogo empenhado até à medula do osso no combate pela reforma da Igreja no Ocidente, Calvino não crê senão no poder da Palavra de Deus para atingir um tal fim, relegando para um outro plano as elaborações subtis da razão. Sendo esse o seu ponto de partida, a ética por ele pensada é essencialmente uma reflexão sobre as consequências para o ser humano da acção soberana de Deus enquanto Criador e enquanto Redentor em Jesus Cristo, agindo na vida dos crentes mediante «a operação secreta do Espírito Santo».

Defensor — já se disse que em sintonia com essa figura seminal que foi Agostinho de Hipona — da ideia de uma absoluta incapacidade natural do homem de conhecer Deus, Calvino, para quem o conhecimento de nós mesmos depende do conhecimento de Deus, advoga o princípio de que é Deus mesmo quem rompe um tal círculo ao dirigir-se ao homem revelando-se-lhe mediante a sua Palavra contida na Escritura. Se isso não acontece, mais não resta ao homem a não ser a er-

¹ Vd. FUCHS, Eric, *La Morale selon Calvin*, Paris, Cerf, 1986; e, do mesmo autor, “L’ éthique de Calvin” in AA.VV. *Calvin et le Calvinisme*, Genève, Labor et Fides, 2008 (pp. 223-244).

² *Institutio*, II, 1, 9.

³ Vd. FUCHS, Eric, “L’ éthique de Calvin” (pp. 223 e segs.)

⁴ Vd. *Institutio*, II, 2, 12.

rância mortífera inerente a uma ilusão idolátrica. O estado de pecado qualifica a existência do homem natural, sendo uma tal antropologia tecida não por um pessimismo empírico mas sim por uma consideração de natureza teológica: a segurança da salvação não se fundamenta nos nossos méritos ou obras, mas sim e exclusivamente na graça misericordiosa de Deus.

Uma tal fé na graça misericordiosa de Deus, longe de suscitar uma qualquer ideia de fatalismo, desemboca antes num forte apelo à responsabilidade ética. Por que há uma ética? Em perspectiva calviniana, há uma ética porque há uma providência divina, fundamento para se pensar eticamente. É que, sendo a providência divina habitada por uma promessa ligada à existência humana, a ética é, consequentemente, compreendida como a resposta, consciente ou inconsciente, do ser humano a essa promessa.⁵

A moral estiola-se, porém, quando entregue a si mesma, e ilude-se ao admitir que há no homem capacidades humanas para conhecer o bem. Incapaz de restaurar no homem o exercício pleno da sua responsabilidade — embora mantida uma aparência de ordem — a moral natural mais não faz que conduzir a um impasse. De que só a Palavra de Deus pode libertar.

A exigência ética exprime-se, assim, na Lei de Deus. Sem dúvida, a Lei de Deus — expressão de uma exigência absoluta, de um imperativo inescapável — revela ao homem o quanto ele se ilude no respeito às suas pretensões morais e à idolatria de si mesmo. Nesse sentido a Lei divina é denunciadora dos ídolos — Calvino dizia que a mente humana é permanentemente uma oficina onde se forjam ídolos — e desveladora do narcisismo humano. Confrontando-nos com a exigência absoluta do amor a Deus e ao próximo, a Lei humilha-nos, levando-nos à confissão da nossa fundamental impotência ética; mas, concomitantemente, «ela abre-nos à dimensão irreduzível do outro — Deus e próximo — do qual ela nos constitui, de certo modo, responsáveis. O risco é grande, então, de ver nascer desse afrontamento uma forte, ou surda, culpabilidade.

Ocorre, assim, no pensamento ético calviniano uma profunda problematização da ética como caminho de salvação. Segue-se, assim, um caminho diferente do seguido pela tradição moral escolástica. Quanto àquilo a que se poderia chamar uma ética «natural» não se deve per-

⁵ Vd. *idem*, I, 4, importante trecho onde Calvino sublinha o quanto o homem deve, ele mesmo, cuidar da conduta da sua vida. Acerca da ética de Calvino, ter em conta as obras de E. Fuchs constantes da bibliografia.

der de vista a sua utilidade (é útil quando se trata da doutrina política, ou da maneira de bem governar a nossa casa, ou das artes mecânicas, ou da filosofia, ou de todas as disciplinas chamadas liberais) desde que circunscrita aos limites da inteligência das «coisas terrenas».⁶

A exigência ética, na sua infinitude, confronta sempre o homem na sua finitude. Mas uma tal exigência não é desesperante a não ser para aquele que pretende ser capaz de a realizar pelas suas próprias forças. Pelo contrário, para quem está pronto e renunciar a essa ilusão (por confiar naquele cujo amor infinito é o sentido da exigência infinita), para esse as coisas assumem um sentido completamente diferente: torna-se um apelo ao Outro para que ele supra as incapacidades e fraquezas.⁷

Assim, em perspectiva calviniana (dada a estreiteza dos limites da razão natural e a sua incapacidade de definir o bem e de mostrar qual é o dever do homem) a moral depende rigorosamente da fé. E o que interessa, o que fundamentalmente interessa, são as condições que libertam o homem para, «regenerado», ser artífice responsável das suas acções. Tendo como referente essencial a Escritura, fonte material da fé.

Nesse sentido, pode dizer-se da Lei de Deus que ela conduz a uma crise da consciência moral, mas fá-lo para que, através dessa crise, o homem se descentre de si mesmo e se abra ao encontro do Outro (do próximo e de Deus). A Reforma luterana e a Reforma calviniana, perante a questão da Lei, questão fundamental, assumiram formas diferentes. De Lutero e seus discípulos pode dizer-se terem posto o acento tónico na *fé*, de onde deriva a acção, enquanto Calvino e seus seguidores enfatizam a *acção* que provém da fé. Nessas duas perspectivas não coincidentes, se Lutero acentua a necessidade permanente de voltar à fé, Calvino, esse, sublinha o quanto é importante interrogarmo-nos sobre aquilo em que consiste o compromisso de uma fé comprometida na acção. O discurso de Lutero deixa sempre transparecer como que uma desconfiança no que às boas obras concerne, vistas como uma ameaça à pura graça; se desconfiança há em Calvino, ela exprime-se numa interrogação: são os crentes verdadeiramente crentes, assumindo as suas responsabilidades e fugindo de uma atitude preguiçosa? Temos assim duas interpretações algo diferentes no entendimento da Lei: por um lado ela aparece sobretudo como acusa-

⁶ Vd. *Institutio*, II,2,13.

⁷ Vd. particularmente E. Fuchs, *ob. cit.*

dora; por outro lado, antes do mais, como formadora da consciência moral.⁸

A ética calviniana bebe fecundamente nas Escrituras, sendo essencialmente uma hermenêutica dos textos bíblicos. É que está em jogo saber-se o que é que Deus quer de nós. E a este respeito há que ter em conta o seguinte:

— o Antigo Testamento não é por Calvino desqualificado (em oposição à tendência católica dominante que nele não vê senão a primeira etapa de um processo evolutivo), mas antes visto como a forma primeira da única Revelação de Deus; tão pouco é reduzido à história de um fracasso, que seria o fracasso da Lei (em oposição à interpretação luterana corrente). Para Calvino, o Antigo Testamento tem a sua plena validade enquanto substancialmente semelhante ao Novo Testamento;⁹

— a Lei de Deus, assim compreendida, exerce (trata-se aqui da famosa doutrina do *triplex usus legis*) três funções: revela o verdadeiro alcance da exigência ética, que ultrapassa infinitamente as nossas forças e as nossas capacidades; designa as condições morais necessárias à vida em comum e as sanções que punem os transgressores, tornando assim possível a vida social;¹⁰ estimula a obediência dos crentes, fornecendo-lhes uma referência escrita onde medir a validade das obras cumpridas em resposta à vontade de Deus: num registo diferente do de Lutero (para o qual a Lei cumpre essencialmente um papel de antítese em relação ao Evangelho), Calvino sublinha o importante papel da Lei como indicadora do caminho de obediência a Deus e dos meios para nesse caminho nos mantermos. Há, assim, uma positividade da tarefa política fundada neste terceiro uso da Lei, que é o principal por corresponder estritamente ao fim para o qual ela foi dada, isto é, ouvir qual é a vontade de Deus. É assim que, em registo calviniano — diferente do registo luterano — a Lei pode desempenhar o papel de instância crítica no campo político. A ética de Calvino é, acentuadamente, uma ética que inter-age com o político. Curiosamente aqui em sintonia com o luterano Dietrich Bonhoeffer, o denunciador no século XX do que ele chamava «a graça barata», Calvino, — quatro séculos antes de Bonhoeffer —, sublinha à sua maneira que só aquele que obedece crê. É sobre essa base que os huguenotes — esses mártires calvinistas de finais do século XVI — se entregaram a uma rígida crítica do poder absoluto do rei de França;

⁸ Vd. FUCHS, E., *L' éthique protestante*, pp. 15 e segs.

⁹ Vd. *Institutio*, II, 10, 1; II, 7, 1.

¹⁰ *Idem*, II, 7, 10; IV, 20.

— emerge assim a unidade teológica, política e ética da Lei: convidando-nos à suspeita, ela desafia-nos para um compromisso resolutivo na prática da justiça, tanto no plano das relações pessoais como no das relações institucionais;

— uma dificuldade, porém, subsiste motivada essencialmente pelo nosso moderno questionamento genealógico: a dificuldade, bem contemporânea, que experimentamos ao tentarmos surpreender em Calvino a passagem entre o ético e a política ou, para o dizermos de outro modo, a passagem que vai do pólo da consciência ao momento da obediência. Toda a problemática levantada por este questionamento haveria que procurá-la em outros escritos de Calvino como actor histórico (pregações, comentários bíblicos, obras reformadoras e disciplinares, etc.) fora da *Institutio*. É que a absorção espantosa do político e do jurídico no religioso pode ter tanto de inquietante quanto de promissor. Em perspectiva calviniana, para além da literalidade do texto, o Poder humano aparece como que tecido por uma rivalidade visceral com o Poder divino. Daí ser possível inferir a conclusão de que em toda a política se dissimula num deus, um ídolo, uma quase religião. Em pleno século XX, Paul Tillich faz emergir ênfases semelhantes quando se empenha em denunciar a loucura totalitária nazi como substituição demoníaca e quase religiosa da verdade existencial e política do Evangelho.¹¹

5. A reflexão de Calvino sobre o Estado e o Poder «utilizará também elementos da sua compreensão positiva da Lei como referência dada aos crentes. Defendendo, contra os anabaptistas, a autonomia do político, pensa ser necessário articular o político com a responsabilidade cristã, para o que procura na Lei modelos de reflexão ética. O que é do domínio do político depende da providência de Deus, e como tal deve ser respeitado na sua autonomia: a Igreja não deve dele servir-se para seu benefício ou, pior ainda, utilizar meios políticos para realizar aqui em baixo o Reino de Deus».¹²

Vale a pena, no meio de tantos, variados e interessantes passos da *Institutio* em torno deste tema, citar aqui um: «O que acabo de dizer entender-se-á claramente se em todas as leis contemplarmos as duas coisas seguintes, a saber: a ordenança da Lei, e a equidade sobre a razão da qual é fundada a ordenança. A equidade, na medida em que é natural, é sempre a mesma para todos os povos; motivo pelo qual todas

¹¹ Vd. sobre esta problemática MÜLLER, Denis, *Jean Calvin. Puissance de la Loi et limite du pouvoir*, Paris, Éditions Michalon, 2001.

¹² Vd. FUCHS, Eric, *L' éthique protestante*, pp. 28 seg.

as leis do mundo, independentemente da matéria que contemplam, devem ter em conta uma mesma equidade. Quanto às constituições ou ordenanças, na medida em que estão ligadas às circunstâncias, de que em parte dependem, nenhum inconveniente há em que sejam diversas, desde que tendam todas igualmente a um mesmo fim de equidade. Ora, visto que a Lei de Deus, à qual chamamos moral, nada mais é senão um testemunho da lei natural e da consciência que nosso Senhor imprimiu no coração de todos os homens, nenhuma dúvida há de que esta equidade de que falamos agora não está nela perfeitamente declarada; convém, pois, que essa equidade seja o alvo, a regra e o fim de todas as leis.»¹³

Três coisas emergem desse passo tão importante:

- o respeito de Calvino pela autonomia do político;
- a necessidade de, cuidadosamente, ter em conta o contexto, as «circunstâncias», o que implica uma exigência: a de descobrir sempre de novo as aplicações positivas da lei;
- o imperativo de regular, mediante a exigência ética da justiça, essa legítima diversidade.

Sendo essencialmente uma hermenêutica da Escritura — o texto bíblico é, com efeito, permanentemente revisitado por Calvino — a ética calviniana (uma ética da responsabilidade) revelou ser um poderoso motor de transformações sociais.¹⁴ O político e o económico são profundamente repensados. E até o da sexualidade e do casamento.¹⁵ Di-lo Fuchs: «Com os outros Reformadores, Calvino visa arrancar o casamento à pesada tutela das leis canónicas, para o restituir à seriedade do ético. Com efeito, o casamento compromete em primeiro lugar a liberdade de dois seres que são responsáveis ao assumirem a sua vocação conjugal. Opera-se assim uma evidente deslocação do sentido do casamento e, com isso, do sentido da sexualidade: de “remédio contra a concupiscência” que era na moral medieval, o casamento torna-se um meio de prática da verdadeira caridade e de autêntica castidade, que não é recusa da sexualidade mas sua prática honesta. Ordenada para o casamento — de que Calvino não cessa de celebrar a grandeza, a beleza e a profunda moralidade — a sexualidade é recebida como um dom de Deus para unir os esposos e levá-los ao regozijo entre ambos.»¹⁶

¹³ *Institutio*, IV, 20, 16.

¹⁴ Vd. FUCHS, E., *La Morale selon Calvin*, pp. 89-105; BIELER, André *La Pensée économique et sociale de Calvin*.

¹⁵ Vd. BIELER, André *L'Homme et la Femme dans la morale calvinienne*.

¹⁶ Vd. FUCHS, E., artigo “Calvin” in *Dictionnaire d'éthique et de philosophie morale*, Paris, Presse Universitaires de France, 1996.

A porta está aberta para libertar a sexualidade e o casamento da finalidade única da procriação.

6. Há uns cem anos aparecia, da pena de Emile Doumergue (1844-1937), historiador e teólogo, uma obra monumental em sete volumes dedicada à vida e à obra de Calvino.¹⁷ Obra extensa, proporciona aos investigadores empenhados no campo calviniano uma soma de informações não despidiende. Sem perder de vista, porém, o tom frequentemente hagiográfico com que fala do Reformador de Genebra.

Doumergue situa-se claramente entre os autores que vêem em Calvino um dos mais importantes fundadores das liberdades modernas. Pensa — e outros pensam juntamente com ele — que o reformador deu um impulso decisivo para o surgimento do que viria a ser a democracia moderna. Nessa óptica de uma apreciação positiva — sem nenhum tom hagiográfico — se situa também o sólido Ernst Troeltsch.¹⁸ E na sua esteira outros nomes também importantes, como Hans Baron, H.G. Koenigsberger, Michael Walzer, Quentin Skinner, Marc Lienhard, Lucien Carrive, Liliane Crété, André Encrevé, Jean Baubérot, Alain Boyer.

J. M. Vorster defende uma posição semelhante: para ele «Calvino forneceu as bases sólidas sobre as quais a teologia reformada pode contribuir para o estabelecimento de uma ética dos direitos humanos na sociedade dos nossos dias.»¹⁹

Outros historiadores, porém, não perfilham integralmente uma tal interpretação da figura e do pensamento de Calvino. Situam-se aí, por exemplo, Charles Mercier, Georges de Lagarde, Marc-Edouard Che-nevière, George H. Sabine.²⁰

¹⁷ DOUMERGUE, Émile, *Jean Calvin, les hommes et les choses de son temps*, 7 volumes, Lausana, Bridel/Neuilly-sur-Seine, La Cause, 1899-1927.

¹⁸ Vd. TROELTSCH, Ernst *Protestantisme et modernité*, Paris, Gallimard, 1991. Ter em conta também, neste campo troeltschiano, FROIDEVAUX, Camille, *Ernst Troeltsch, la religion chrétienne et le monde moderne*, Paris, P.U.F., 1999.

Vd. também TURCHETTI, Mario «Contribution de Calvin et du calvinisme à la naissance de la démocratie moderne» in AA. VV. *Calvin et le calvinisme*, Genève, Labor et Fides, 2008. (pp.291-326).

¹⁹ VORSTER, J.M. «Calvin and Human Rights» in *The Ecumenical Review*, 51/2, 1999, p. 218. Mais elementos bibliográficos: SKINNER, Quentin, *The Foundations of Modern Political Thought*, 2 vols., Cambridge University Press, 1978; KOETSIER, L.S., *Natural Law and Calvinist Political Theory*, Victoria (BC), Trafford, 2002; LITTLE, David «Religion and Human Rights: A Personal Testament», in *Journal of Law and Religion*, 18, 2002-2003, pp. 57-77; EGMOND, A. van, «Calvinist Thought and Human Rights», in AA. VV. *Human Rights and Religious Values: An Uneasy Relationship?*, Amsterdam, Rodopi/Grand Rapids (MI), Eerdmans, 1995, pp. 192-202.

²⁰ Historiadores pouco ou nada favoráveis: MERCIER, Charles, «L' esprit de Calvin et la démocratie», in *Revue d'histoire ecclésiastique*, 30, Lovaina, 1934, pp. 5-53; DE LAGARDE,

No amplo universo dos estudos do pensamento político de Calvino e, concomitantemente, das instituições genebrinas do seu tempo, destaca-se entre os analistas, pelo seu rigor e sentido de equilíbrio, Robert M. Kingdom. Num importante e lúcido ensaio especificamente dedicado à problemática, conclui de um modo preciso e ponderado: «O calvinismo, ao criar um governo eclesiástico representativo, marcou uma etapa decisiva da evolução da cristandade em direcção à democracia.»²¹

Opiniões diversas e pareceres controvertidos têm, assim, resultado de numerosíssimos estudos a que a obra de Calvino tem dado lugar. Em todas as suas vertentes. E, como é óbvio, particularmente aqui, quando se trata de dilucidar a problemática inerente à tensão calviniana entre a soberania de Deus e a soberania do povo ou, dito de um modo linear e simplista, entre teocracia e democracia.

Formularmos assim a questão significaria enveredar por um caminho com um ponto de partida falseado. É que, quando se trata deste tema, abordarmos o pensamento calviniano implica termos presente o seguinte:

- o ponto de partida de Calvino reside em Deus e não numa reflexão sobre o Estado ou sobre a política;
- uma leitura que se pretenda directamente «democrática» da ética política calviniana mais não faria senão revelar-se como anacrónica;
- o desafio inerente ao que poderíamos chamar «a administração política» supõe de algum modo a capacidade de a teologia administrar a transição conducente da Igreja ao Estado. Poder-se-ia evocar, a este respeito, a ideia de uma libertação *teonómica* dos poderes da experiência democrática. Sublinhemo-lo, pois: o ponto de partida de Calvino não é teocrático mas teonómico;
- há, incontestavelmente, uma dimensão paradoxal que atravessa o pensamento político, jurídico e ético de Calvino: se, por um lado, a transcendência irreduzível do divino é determinante para a interpretação legitimadora do *statu quo* e das autoridades instituídas, por outro lado, surpreendentemente, e em oposição, a

Georges, *Recherches sur l'esprit politique de la Réforme*, Paris, Picard, 1926; CHENEVIÈRE, Marc-Edouard, *La pensée politique de Calvin*, Genève, Labor/Paris, Je sers, 1937; SABINE, George A., *A History of Political Theory*, Hinsdale (IL), Dryden Press, 1973.

²¹ KINGDON, Robert M. «Calvin et la démocratie», in VIALLANEIX, Paul, éd. *Réforme et Révolutions. Aux origines de la démocratie moderne*, Presses du Languedoc, 1990, p. 54 (citado por TURCHETTI, Mario, «La naissance de la démocratie moderne», in AA.VV. *Calvin et le calvinisme*, Labor et Fides, 2008 (p.294).

força que emana dessa transcendência estabelece limites aos poderes do humano, desvelando as ilusões do poder absoluto e abrindo caminho para libertar a política dos seus demónios autoritários.²² É sem perder de vista um tal horizonte de pensamento que Ernst Troeltsch é levado, juntamente com outros, a defender a tese de que a lógica teológica e política do calvinismo contribuiu de modo não despreciando para preparar e acompanhar a emergência da democracia moderna, não sendo descabido encontrar nos calvinistas presbiterianos dos Estados Unidos, em grande medida, a origem do nosso sistema democrático, com as suas correntes subsequentes de secularização e de laicização;

- não deixa de ser portadora de uma certa esterilidade a querela, episodicamente emergente, em torno do que teria de ser uma escolha: a escolha entre o poder dos sujeitos e a força da Lei. Na perspectiva de Calvino, o que se impõe não pode traduzir-se em cavar um abismo, mas sim em construir pontes entre ambas. Acerca disto, assim se exprime Denis Müller: «O poder dos sujeitos não emana de uma subjectividade autista e desincarnada: ele é antes o facto de uma determinada circunstância, de um descentramento libertador dos sujeitos concretos que nós somos. O único meio de pormos fim ao mito devastador de uma oposição irremediável entre a autonomia e a teonomia é pensarmos o sujeito não somente no seu tecido intersubjectivo, mas também no seu fim “extático”. Não será que a libertação da liberdade — tema que nos é dado pensar a partir de um S. Paulo e, no seu rasto, de um St.º Agostinho, de um Lutero e de um Calvino — encontra justamente a sua chance nesse extraordinário desprendimento de si que caracteriza a aventura dos sujeitos de carne e de sangue? Esta aventura, contudo, nada tem de uma errância fora das mediações da história e dos jogos do poder e do direito. O aprofundamento de um sujeito livre mantém uma relação necessária com o exercício de uma cidadania responsável, leal e crítica para com os poderes públicos, jogando com destreza e coragem a alternância fina da adesão e da resistência. Longe de prejudicar a coisa pública e o Estado de Direito, longe de se refugiar num humanitário sem civismo e numa globaliza-

²² Vd., em torno desta problemática, MÜLLER, Denis, *Jean Calvin. Puissance de la Loi et limite du Pouvoir*, Paris, Éditions Michalon, 2001.

²³ *Idem, idem*, pp. 115 e segs.

ção sem pátrias, a cidadania responsável, sempre igualmente cosmopolítica, beneficia das aspirações e dos recursos das liberdades em que os sujeitos se empenham.»²³

7. No dia 27 de Outubro de 1553, na cidade de Genebra, um homem é morto na fogueira. Esse homem era Miguel Servetus (1511-1553), notável e culto médico espanhol, autor de livros tanto de medicina e de geografia, como de teologia. No campo teológico publicara já, além de alguns outros textos, *De Trinitatis erroribus* e *Christianismi restitutio*. Em registo heteróclito, e no que poderíamos chamar hoje um pensamento teológico liberal, chama a si a filosofia e os evangelhos para negar a doutrina da Trindade, a divindade de Cristo, a justificação pela fé só.

Servetus chega a Genebra como fugitivo. Pouco tempo antes, refugiado em Viena sob um nome falso, por pouco escapara à fogueira da Inquisição, já que uma sentença de morte tinha sido decretada contra ele. Não se sabe muito bem como, conseguiu evadir-se da prisão. Em Genebra é preso e levado a julgamento. O costume do tempo implicava a sua condenação, e foi isso que aconteceu: depois de várias peripécias que se prolongaram por mais de dois meses, o Conselho genebrino condena-o à morte. Com a conivência de Calvino.

A meio milénio de distância, que se pode dizer sobre o caso? Entre outras coisas, estas que convém não perder de vista.

1. Tal como Lutero — confrontado trinta anos antes com os camponeses revoltados — Calvino viveu no caso Servetus um doloroso conflito: o existente entre o anúncio do Evangelho e a defesa da ordem estabelecida, ainda mesmo quando essa ordem é considerada como cristã.

2. A acusação, que se estendeu ao longo dos dois meses e meio em que durou o processo, esteve representada por Nicolau de la Fontaine, e entre os juízes alguns eram adversários de Calvino, o que ainda chegou a alimentar alguma esperança em Servetus. Entretanto, foram solicitados pareceres no exterior. Foi assim que, durante a primeira metade do mês de Outubro, chegaram a Genebra pareceres dos Conselhos e dos «ministros da Palavra de Deus» das cidades de Zurique, Schaffhouse, Berna e Basileia: todos favoráveis à condenação à morte daquele que era tido como perigoso herético.

3. Que dizer do caso na sua vertente jurídica? Num recente ensaio, Cristoph Strohm²⁴ esclarece: «Juridicamente o caso era claro. O direito

²⁴ STROHM, Cristoph, «Calvin et la tolérance religieuse» in AA. VV. *Calvin et le calvinisme*, Genève, Labor et Fides, 2008, p. 272.

imperial condenava à pena de morte o crime de negação do dogma da Trindade. A condenação podia apoiar-se não somente numa disposição penal do primeiro livro do Código de Justiniano (I.1.1) que visava os adversários do dogma da Trindade e outros heréticos (I.5), mas também, ainda mais, na *Carolina*, uma ordenança criminal de Carlos V (1500-1558), que estava em vigor em Genebra, e cujo artigo 106 prescrevia para os blasfemadores uma pena corporal ou a condenação à morte (“an leib, leben oder glidern [...] gestrafft werden”). Esta realidade jurídica é ocultada pelos autores que pretendem que Calvino fez condenar Servetus.»

4. Impõe-se-nos dizer que a ideia de tolerância, no caso Servetus, era estranha ao pensamento de Calvino. Trata-se de uma ideia que tem conhecido mudanças fundamentais durante toda a Época moderna. Se nos quisermos cingir aos tempos da Reforma, então há que não perder de vista que entre os reformadores em geral, e Calvino em particular, «a noção de *tolerância* não tinha então a mesma significação que hoje. Com razão se tem observado que a tolerância moderna, no sentido de tolerar uma outra concepção e de nela ver uma decisão autónoma a exigir respeito não é idêntica à noção latina de *tolerantia*. O nosso conceito moderno equivaleria antes à noção de “liberdade de consciência”, “liberdade religiosa” ou “autonomia”: outrora não se falava de tolerância senão para designar a necessidade de aceitar uma situação irregular ou uma atitude contrária à norma, e isso porque não se encontravam meios eficazes que se lhes pudesse opor. É com esta significação que a noção de tolerância foi instituída pela teologia medieval e depois retomada nos tratados católicos nos séculos XVI e XVII. [...] No século XVI não existia direito à liberdade de religião e de consciência tal como nós a concebemos hoje. Os humanistas e os reformadores deram, contudo, os primeiros impulsos ao reconhecimento desse direito fundamental e à ideia de tolerância que lhe está ligada.»²⁵

Um ano antes da morte de Calvino, em 1563, morria um personagem que havia de se tornar conhecido no século XX, ao nível do grande público, graças a um popularizado livro de Stefan Zweig.²⁶ Trata-se de Sebastião Castélio, antigo amigo de Calvino, professor animado de um talante polémico, que entrou em conflito com o Reformador, assim como com outros pastores de Genebra. A execução de Servetus foi determinante na sua última polémica. Em Março de 1554,

²⁵ STROHM, Cristoph, *ob. cit.*, pp 272 e segs.

²⁶ ZWEIG, Stefan, *Castélio contra Calvino. Uma Consciência contra a Violência*, Porto, Livraria Civilização [s.d.]

em frontal reacção contra uma tal execução, e sob um pseudónimo (Bellius), publica um volume de 175 páginas, em latim, a que deu um longuíssimo título.²⁷ Neste livro, Castélio insurge-se contra a condenação à morte dos heréticos. Trata-se de uma obra tida como valioso marco na história da ideia de tolerância. Em registo próximo de Erasmo, Bellius (Castelio) faz uma apologia da tolerância, além de sublinhar o valor de uma ligação às doutrinas fundamentais da Escritura.

Como interpretar Castélio? Unicamente à luz do slogan famoso de Zweig «Uma consciência contra a violência»?

Segundo olhares outros, as coisas não poderão ser resumidas numa forma lapidar como essa. Desde logo, «Há que constatar que o próprio Castélio também alimentava concepções que são incompatíveis com a noção moderna de tolerância. Estabelece, por exemplo, uma distinção entre herético e blasfemador. Só o herético, defensor de uma posição em desacordo com o dogma recebido e as ordenanças eclesiásticas, pode pretender pôr-se ao abrigo da tolerância. O blasfemador, esse, pelo contrário, que nega Deus e a Escritura, deve ser entregue ao magistrado para condenação.»²⁸

5. E, contudo, a teologia calviniana é habitada por esquemas de pensamento propícios à eclosão histórica subsequente do que iria ser a ideia moderna de tolerância.

Poder-se-ia apontar desde logo, a esse respeito, a clara distinção de Calvino entre governo espiritual e governo civil. Sobre este tema aqui se deixam alguns elementos.

Trata-se de uma distinção de importância vital, frequentemente obnubilada na interpretação da teologia de Calvino, mesmo por alguns calvinistas.

Procurando sobrevalorizar as diferenças que separam as duas correntes principais da Reforma — a luterana e a calvinista — alguns intérpretes têm defendido a perspectiva segundo a qual a Lutero pertencia a doutrina dualista e conservadora dos dois reinos, e a Calvino a construção de uma ética política em ruptura total com Lutero. Em Calvino ter-se-ia sobreposto à doutrina luterana dos dois reinos o tema da soberania única de Deus.

²⁷ *De haereticis an sint persequendi et omnino quomodo sit cum eis agendum, Luteri et Brenti, aliorumque multorum tum veterum tum recentiorum sententiae.*

²⁸ STROHM, Christoph, *ob. cit.*, p. 286. Castélio desenvolve o seu ponto de vista no tratado *Contra libellum Calvinii*; neste tratado desenvolve a ideia de que se alguém se obstina em negar as verdades elementares da religião, como a criação do mundo, a imortalidade da alma ou a ressurreição de Cristo, esse alguém fica sujeito ao desterro decretado pelas autoridades civis, investidas de um tal poder (cf. BELLIIUS [i.e. Castélio], *De haereticis*, pp. 3-28, obra só impressa no século XVII, e citada por STROHM, *idem, idem*).

Ora, uma tão rotunda oposição entre os dois reformadores é problemática. Podemos compreendê-la no contexto histórico em que surgiu: o da luta contra o nacional-socialismo na Alemanha, luta em que a Igreja confessante se envolveu e na qual se demarcou dos luteranos conservadores favoráveis ao movimento pró-nazi dos «cristãos alemães». Mas isso não significa que a doutrina dos dois reinos não tenha feito parte da elaboração teológica de Calvino.²⁹ É ver como ele sublinha enfaticamente o carácter simultaneamente *espiritual*, *celeste* e *interior* do Reino de Deus (vd. *Institutio*, III, 19). Trata-se de um capítulo intitulado «Da liberdade cristã». A liberdade, transcendendo a Lei, resulta da justificação, estabelece-se para além de toda a coacção e é matéria do foro íntimo da consciência. Ela é de uma ponta à outra «coisa espiritual». Escapando radicalmente ao «poder de todos os homens», livra o crente da «sujeição dos homens».

É esse o contexto onde, de um modo particular, se inscreve o tema dos dois reinos em perspectiva calviniana. «O risco é imenso, com efeito, e bem conhecido na época, de tirar dessa teologia da liberdade pretexto para a sedição e para a anarquia. Como se vão articular, em termos de hoje, a liberdade e a responsabilidade, a interioridade e a exterioridade, a soberania da consciência e o respeito pelas soberanias políticas? O pensamento de Calvino inscreve-se no coração dessa tensão.»³⁰

8. Que Calvino tenha feito da doutrina da predestinação o centro do seu sistema teológico — como se tem afirmado com alguma superficialidade — é algo profundamente contestável.

Pode dizer-se da predestinação ser ela uma das mais enigmáticas e desconcertantes doutrinas da teologia cristã. Com St.^o Agostinho (354-430) começa uma tal doutrina a tomar forma de um modo muito particular: sendo a graça um dom de Deus e não um prémio dado à virtude, ou uma recompensa pelas boas obras praticadas, então Deus deve ser livre para a oferecer ou não. A graça, em perspectiva augustiniana, somente permanece graciosa se não for nada mais e nada menos do que um dom, reflexo da liberalidade do doador. Só que um tal dom não é dado a todos. É particular e, como tal, só concedido a alguns, supondo assim a reconhecimento da *particularidade* (mais do que da *universalidade*) da graça.

²⁹ Vd. a este respeito MÜLLER, Denis, *ob. cit.*, pp 42-47.

³⁰ Vd. MÜLLER, *ob. cit.*, pp 43 e segs.

³¹ *Institutio* III, 21, 5.

³² *Idem* III, 22, 6.

Com a intensificação da amarga disputa pelagiana, eram as duras implicações da doutrina augustiniana da graça que se tornavam mais claras. Inseparável da convicção de um pecado original que, transmitido à humanidade inteira a tornava incapaz de dele se libertar, o combate de Agostinho — nutrido assim por uma antropologia de teor pessimista — enaltecia a graça divina como a única libertadora dos poderes tentaculares de um tal pecado. Só que, sendo essa graça concedida apenas a alguns, apenas alguns serão salvos: aqueles a quem a graça é dada.

E, contudo, Agostinho procurou — tê-lo-á conseguido? — salvarguardar uma conclusão: a de que alguns estavam predestinados para a condenação. Para ele, Deus tinha escolhido alguns da humanidade decaída — essa *massa perditionis* dos seres humanos — sendo esses escolhidos os predestinados para a salvação. Os não escolhidos, em perspectiva augustiniana, não eram efectivamente condenados ao castigo: eram apenas não eleitos para a salvação. É óbvio que podíamos interpelar Agostinho nos seguintes termos: a decisão divina de salvar apenas alguns não implicará a decisão divina de não salvar os outros?

Esta questão iria reemergir de um modo bastante vivo no século IX, durante a acidentada controvérsia sobre a predestinação desencadeada pelo monge beneditino Gottschalk (c. 804-c.869), defensor, setecentos anos antes de Calvino, de uma doutrina da dupla predestinação similar à de Calvino. Assumindo a desconcertante doutrina de uma predestinação dupla (Deus predestinou uns para a salvação e os outros para a condenação), Gottschalk sublinha o quanto, a seus olhos, há de impróprio em falar de uma morte de Cristo por todos. Se assim fosse, Cristo teria morrido em vão pelos condenados. A partir daí propõe uma interpretação da morte de Cristo segundo a qual Cristo morreu somente pelos eleitos. Que podemos nós dizer senão que a aporia continua?

Calvino, no fundo, segue o rasto de Agostinho. Por que motivo — questiona ele — a pregação do Evangelho encontra acolhimento em alguns e provoca rejeição em outros? A resposta, — pensa ele —, encontramos-na na vontade oculta de Deus, vontade que seria temerário pretender prescrutar. Também aqui, para Calvino, a teologia deve ter em conta a vontade revelada de Deus na Escritura. E procura, assim, explicitar o que entende ser a predestinação: «Chamamos predestinação o desígnio eterno de Deus, mediante o qual ele determinou o que queria fazer de cada homem. Com efeito, ele não os cria a todos numa condição igual, mas ordena uns para a vida eterna e os outros para a condenação eterna. Assim, segundo o fim para o qual o homem é

criado, dizemos que ele é predestinado para a morte ou para a vida.»³¹ A presciência divina é activa e criativa. Evocando o discurso de Pedro no livro dos Actos (2:23), Calvino faz questão de sublinhar que «Deus não nos é aí apresentado como alguém que especula na ociosidade, mas sim como autor da nossa salvação.»³²

Lugar importante mas não central na teologia de Calvino, a predestinação não pode ser desenquadrada da convicção de que tudo foi criado para a glória de Deus. O pano de fundo bíblico é para Calvino fundamental (além da multiplicidade de textos do Antigo Testamento que proclamam Deus como o Deus que elege, Calvino encontra sobretudo na Epístola aos Romanos e na Epístola aos Efésios muitas afirmações de que Deus, em Cristo, elege, isto é, predestina).

Assim, a condenação não deve ser encarada meramente como o lado negativo da eleição (é na medida em que concebe a predestinação como predestinação quer para a eleição quer para a condenação que Calvino parece ir mais longe que Agostinho), mas também como uma deliberada rejeição cujo motivo reside na vontade oculta de Deus.³³

A predestinação calviniana implica, pois, um não. Mas um não que pode transportar consigo um sim. É, com efeito, a graça de Deus que desperta o homem e o torna capaz de se comportar como crente. Ora, nessa perspectiva, poderíamos perguntar: como é que essa graça divina poderia gerar a ideia de que Deus, ao marcar preferencialmente o crente, elegendo-o, estaria a cultivar uma indiferença absoluta para com todos os outros?

Ao debater-se, na sua *Dogmática Eclesial*³⁴, com o tema teológico da eleição, Karl Barth (de tradição calvinista) sublinha o quanto um tal tema deve ser enquadrado no espaço amplo do triunfo total da graça de Deus. Para Barth, tido como um dos maiores teólogos do século XX, defensor da apocatástase (reconciliação final de tudo), «O crente — sim, precisamente ele, crente — não poderia em nenhum caso ver na incredulidade do outro um facto defintivo. Aliás, como poderia ele ter a possibilidade de constatar indubitavelmente uma tal increduli-

³³ A tese de Max Weber na sua obra seminal *A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo*, está intrinsicamente ligada à doutrina da predestinação. Ao declarar que o pensamento religioso da Reforma — e particularmente o de Calvino — foi capaz de providenciar um importante estímulo para o aparecimento de uma nova racionalidade económica, o capitalismo, Weber está indirectamente a chamar a nossa atenção para duas coisas: a necessidade do estudo das religiões para uma compreensão mais ampla da história humana; e ainda a compreensão de que ideias aparentemente abstractas (tal como a predestinação) podem ter um impacto concreto na história.

³⁴ Na sua mastodôntica obra (mais de oito mil páginas!), Karl Barth consagra centenas de páginas ao tema da eleição (particularmente no vol. II.2).

dade, sendo ela, como é, a incredulidade do outro? (...) Mesmo Calvino pôde falar, quando a ocasião se prestou a isso, de um “juízo de caridade” que permite confiar na “vocação para a salvação” e, portanto, na eleição daqueles que apresentam os sinais exteriores de uma “sã vocação”. E chegou mesmo a dizer das pessoas excomungadas pela Igreja: “De nenhum modo devemos, portanto, apagar do número dos eleitos os excomungados, ou deles desesperar como se já estivessem perdidos (...) esperando para o futuro algo melhor que ainda não vemos no presente.”»³⁵

³⁵ BARTH, Karl *Dogmatique*, vol. II.2, p. 326. A citação de Calvino é extraída da *Institutio* IV, 12, 9.

PRIMEIRA PARTE

Do conhecimento de Deus e de nós mesmos

1. Todos os homens vivem para conhecer Deus

Se não encontramos nenhum homem — por mais bárbaro e selvagem que seja — desprovido de sentimento religioso, a isto se deve: termos sido criados com o fim de conhecer a majestade do nosso Criador e, conhecendo-a, ter em relação a ela uma estima acima de tudo, honrando-a com todo o temor, amor e reverência.

Deixando de lado os infiéis, que não procuram senão apagar da sua memória esse sentimento de Deus que está plantado em seus corações, impõe-se-nos pensar — nós que fazemos profissão de piedade — que esta vida caduca e mortal, outra coisa não deve ser senão uma meditação da imortalidade.

Ora, em nenhuma outra parte a não ser em Deus podemos encontrar a vida eterna. É, portanto, necessário que a principal solicitude e preocupação na nossa vida seja procurar Deus, e a ele aspirar com o máximo afecto do nosso coração, não encontrando o repouso a não ser nele só.

2. A diferença entre a verdadeira e a falsa religião

Visto ser consensualmente dado como provado que sem religião a nossa vida é de uma extrema miséria, e em nada mais excelente que a das bestas, ninguém quererá ser considerado como inteiramente indiferente à piedade e ao conhecimento de Deus.

Mas há muitas diferenças na maneira de os homens manifestarem a sua religião. É que a maior parte deles não é verdadeiramente tocada pelo temor de Deus. E visto não só serem prisioneiros, queiram-no ou não, da ideia que nunca os abandona de que «há uma divindade cujo

poder nos mantém de pé ou nos faz tropeçar», mas também serem assediados pela ideia de um tão grande poder — visto isso, de um modo ou outro, têm um tal poder em alguma veneração, movidos pelo medo de o provocarem contra eles mesmos por um excessivo desprezo. Contudo, vivendo na desordem e rejeitando toda a honestidade, mostram uma grande indiferença ao desdenharem o julgamento de Deus.

Além disso, por não terem Deus em conta segundo a sua infinita majestade, mas segundo a vacuidade louca e leviana do seu espírito, afastam-se, de facto, do verdadeiro Deus. Esse o motivo por que, mesmo quando se esforçam solicitamente para servir a Deus, isso de nada lhes serve, dado adorarem não o Deus eterno, mas, em seu lugar, os sonhos e devaneios dos seus corações.

Ora a verdadeira piedade não se funda no medo, que de bom grado se furtaria ao julgamento de Deus que tanto o enche de horror por a ele não poder escapar. Funda-se antes num puro e verdadeiro zelo que ama a Deus como a um verdadeiro Pai e o venera como a um verdadeiro Senhor, abraçando a sua justiça. Zelo que treme de horror mais com a possibilidade de o ofender do que com a perspectiva da morte.

E todos aqueles que têm um zelo desses não tentam forjar um deus à sua medida, segundo a sua temeridade. Em vez disso procuram o conhecimento do verdadeiro Deus junto de Deus ele-mesmo, e não o conceber de outro modo senão em sintonia com o modo como ele se manifesta e se dá a conhecer a eles.

3. *O que nos é preciso conhecer de Deus*

Visto a majestade de Deus ultrapassar em si a capacidade do entendimento humano — não podendo mesmo ser por ele compreendida —, impõe-se-nos, mais do que examinar a sua grandeza, adorá-la, a fim de não sermos inteiramente abatidos com uma tão grande glória.

Esse o motivo pelo qual devemos procurar e considerar Deus nas suas obras, a que a Escritura, por esta razão, chama demonstrações das coisas invisíveis,¹ pois elas representam do Senhor o que dele, de outro modo, não podemos ver.

Não se trata aqui de especulações vãs e frívolas para manter os nossos espíritos em suspenso, mas sim de uma coisa que nos é necessário

saber, que é substancial e que confirma em nós uma verdadeira e sólida piedade, isto é, a fé acompanhada do temor.²

Contemplamos, pois, neste universo a imortalidade do nosso Deus — do qual procedem o começo e a origem de tudo o que existe —, a sua potência que criou e mantém um tão grande conjunto, a sua sabedoria que compôs e governa uma variedade tão grande e tão diversa segundo uma ordem muito matizada, a sua bondade que por si mesma fez com que todas estas coisas tenham sido criadas e subsistam, a sua justiça que se manifesta maravilhosamente na protecção dos bons e na punição dos maus, a sua misericórdia que, para nos exortar à correcção, suporta as nossas iniquidades com uma tão grande doçura.

Na verdade, deveríamos — tanto quanto nos é necessário — ser profusamente ensinados pelo universo de quem é Deus, se a nossa rudeza não nos cegasse perante uma tão grande luz. Mas não é unicamente pela nossa cegueira que nisso pecamos: é que a nossa perversidade é tal que nada há que ela não perverta ao considerar as obras de Deus, demolindo inteiramente toda a sabedoria celeste que, pelo contrário, claramente aí brilha.

Impõe-se-nos, portanto, voltarmo-nos para a Palavra de Deus, onde Deus nos é muito bem descrito pelas suas obras. Nessa Palavra, as suas obras são consideradas não segundo a perversidade do nosso julgamento, mas segundo a regra da eterna verdade. Aprendemos lá que o nosso Deus único e eterno é a fonte, bondade e clemência; e que dele, sem excepção alguma, provém todo o bem; e que a ele, por consequência, deve merecidamente dirigir-se todo o louvor.

E ainda que todas estas coisas apareçam claramente em todas as partes do céu e da terra, é sempre na Palavra de Deus que, verdadeiramente, compreendemos o fim principal para o qual essas coisas tendem, o que elas valem e em que sentido se nos impõe compreendê-las. Então descemos em nós mesmos e consideramos como é que o Senhor manifesta em nós a sua vida, a sua sabedoria, a sua força, e exerce em relação a nós a sua justiça, a sua clemência e a sua bondade.

4. O que nos é necessário conhecer do homem

O homem foi, na origem, formado à imagem e à semelhança de Deus, de modo a que — na dignidade com que Deus o tinha tão no-

² Trata-se do temor reverencial que um filho sente em relação ao pai a quem ama, e não do medo servil evocado antes.

brememente revestido — admirasse o seu Autor e o honrasse mediante o reconhecimento que convinha.

Mas o homem, confiando na tão grande excelência da sua natureza, esqueceu-se de onde ela provinha e de quem a fazia subsistir, e esforçou-se para se elevar fora do Senhor. Tornou-se, pois, necessário que fosse despojado de todos os dons de Deus, dos quais loucamente se orgulhava, a fim de — privado e desprovido de toda a glória — poder conhecer esse Deus que o tinha enriquecido com a sua generosidade por ele ousadamente desprezada.

Por esse motivo nós todos descendentes de Adão — e assim apagada em nós essa semelhança de Deus — nascemos carne da carne. Porque, ainda que sejamos compostos por uma alma e um corpo, nunca sentimos nada senão a carne. E isso de tal modo que, ao fazermos incidir o nosso olhar sobre não importa que parte do homem, nada nos é possível ver que não seja impuro, profano e abominável a Deus. Com efeito, a sabedoria do homem — cega e envolvida em erros inumeráveis —, opõe-se sempre à sabedoria de Deus; a vontade má e cheia de afeições corrompidas nada odeia mais que a sua justiça; as forças humanas, impotentes para toda a boa obra, tendem furiosamente para a iniquidade.

5. Do livre-arbítrio

A Escritura atesta frequentemente que o homem é escravo do pecado: quer isto dizer que o seu espírito é de tal modo alheio à justiça de Deus, que nada concebe, ambiciona, empreende, que não seja mau, perverso, iníquo, maculado; porque o coração, totalmente embebido com o veneno do pecado, nada pode produzir senão os frutos do pecado.

Não se deve, contudo, pensar que o homem peca como se a isso fosse constrangido por uma necessidade violenta: ele peca com o consentimento da sua própria vontade, diligentemente e segundo a sua inclinação.

Mas porque — movido pelo seu coração corrompido — odeia profundamente a justiça de Deus, (além de fervoroso em toda a espécie de mal), dele se diz não ser livre para decidir entre o bem e o mal

6. Do pecado e da morte

más cobiças que dela nascem. Exprime-se ainda nas injustas perversidades geradas por essas cobiças: homicídios, latrocínios, adultérios e outras coisas quejandas.

É assim que todos nós, pecadores desde o ventre materno, nascemos submetidos à cólera e à vingança de Deus.

Uma vez adultos, amontoamos sobre nós, cada vez mais, o julgamento de Deus.

Finalmente, ao longo de toda a nossa vida, cada vez mais, é em direcção à morte que tendemos.

Com efeito, se não há dúvida de que toda a iniquidade é execrável para a justiça de Deus, que podemos nós esperar da face de Deus — nós miseráveis abatidos sob um tal peso de pecado e manchados por inumeráveis impurezas — a não ser uma inescapável confusão, segundo a sua justa indignação?

Conhecer isso — ainda que um tal conhecimento nos encha de terror e nos cumule de desespero — é-nos, contudo, necessário: será assim que, despojados da nossa justiça própria, privados da confiança na nossa própria força, afastados de toda a esperança de vida, poderemos aprender, mediante a percepção da nossa pobreza, miséria e ignomínia, a prostrar-mo-nos diante do Senhor e — mediante o reconhecimento da nossa iniquidade, impotência e perdição — render-lhe toda a glória da santidade, da força e da salvação

7. De como somos restituídos à salvação e à vida

Mediante esse conhecimento de nós mesmos — revelador do nosso nada se, verdadeiramente, entrou nos nossos corações — o acesso ao verdadeiro conhecimento de Deus torna-se-nos fácil. E esse Deus já nos abriu como que uma primeira porta no seu reino. E fê-lo ao destruir duas perniciosas pestes: a segurança contra a sua vingança, e a falsa confiança em nós mesmos. Começamos então a levantar ao céu os olhos, fixados até essa altura na terra, e, em vez de repousarmos em nós mesmos, suspiramos pelo Senhor.

E, por outro lado, acontece também isto: esse Pai misericordioso, ainda que a nossa iniquidade mereça uma coisa completamente diferente, revela-se então voluntariamente a nós segundo a sua indizível bondade, a nós que estamos assim aflitos e aterrorizados. E, por meios que sabe serem úteis à nossa fraqueza, chama-nos do erro ao caminho

recto, da morte à vida, da ruína à salvação, do reino do diabo ao seu próprio reino.

E visto que o Senhor estabelece como primeira etapa, para todos aqueles a quem é do seu agrado constituir herdeiros da vida celeste, que eles sejam afligidos na sua consciência, carregados com o peso dos seus pecados e estimulados a viver no seu temor — visto isso, propõe-nos como começo a sua Lei que nos exercita nesse conhecimento.

SEGUNDA PARTE

Da Lei do Senhor

Na Lei de Deus é-nos dada uma regra perfeitíssima de toda a justiça, a que se pode chamar, com toda a propriedade, a eterna vontade do Senhor: efectivamente, tudo o que ele exige de nós está, de um modo pleno e claro, contido nas duas tábuas.

Na primeira tábua está prescrito, em poucos mandamentos, o serviço que lhe agrada que prestemos à majestade que é a sua. Na outra, quais as obrigações caridosas devidas ao próximo.

Escutemo-la pois, e veremos em seguida que doutrina, a partir dela, devemos adoptar; e ainda, paralelamente, que frutos deveremos colher daí.

1. Os dez Mandamentos

PRIMEIRA TÁBUA

Primeiro mandamento

Eu sou o Senhor, teu Deus, que te tirei da terra do Egipto e da casa da servidão. Não terás outros deuses diante da minha face.

A primeira parte deste mandamento é como um prefácio para toda a Lei. Porque, ao afirmar que é *o Senhor, nosso Deus*, Deus declara-se como aquele que tem o direito de ordenar, sendo que o seu mandamento exige obediência, tal como ele diz mediante o seu Profeta: «Se sou Pai, onde está o amor? Se sou Senhor, onde está o temor?»³

Igualmente evoca os seus benefícios, evidenciando a nossa ingratidão se não obedecemos à sua voz. De facto, mediante essa mesma bondade com que, outrora, *retirou* o povo judeu *da servidão* do Egipto, li-

³ Malaquias 1:6.

berta também todos os seus servos desse Egito perpétuo que é o poder do pecado.

O seu interdito para que não tenhamos *outros deuses* significa que nada do que pertence a Deus deve por nós ser atribuído a mais ninguém.

Ao juntar *diante da minha face*, declara que quer ser reconhecido como Deus, não somente mediante uma confissão exterior, mas verdadeiramente no interior do coração.

Ora todas essas coisas pertencem exclusivamente a Deus e não podem ser transferidas para um outro sem que lhes arrebatadas — a saber: que o adoremos a Ele só, que nos apoiemos nele com toda a nossa confiança e esperança, que reconheçamos que todas as coisas boas e santas vêm dele, e que lhe rendamos o louvor devido à bondade e santidade plenas.

Segundo mandamento

Não farás para ti imagem alguma, ou semelhança, das coisas que estão lá em cima no céu ou aqui em baixo na terra, ou nas águas que estão debaixo da terra. Não lhes farás inclinação⁴ e não as honrarás.

Tal como pelo mandamento precedente ele declarou ser o único Deus, assim também agora enuncia quem ele é e como deve ser servido e honrado.

Interdita, pois, que imaginemos a seu respeito *uma semelhança qualquer*, dando disso uma explicitação no capítulo 4 do Deuteronómio⁵ e no capítulo 40 de Isaías⁶: isto é, que o Espírito nada tem de semelhante ao corpo.

Interdita, além disso, que na religião honremos *não importa que imagem*.

Aprendemos, pois, com este mandamento que o serviço e a honra de Deus são espirituais: com efeito, em virtude de ele ser Espírito, quer ser servido e honrado em espírito e em verdade⁷.

Ajunta em seguida uma ameaça terrível, com a qual declara o quanto ele é gravemente ofendido pela transgressão desse mandamento: *Porque sou o Senhor teu Deus, poderoso, ciumento, que visito a iniquidade dos pais nos filhos até à terceira e quarta geração daqueles que me de-*

⁴ Não te prostrarás diante delas.

⁵ Deuteronómio 4:15-19.

⁶ Isaías 40:18-26.

⁷ João 4:24.

testam, e que faço misericórdia até à milésima geração daqueles que me amam e guardam os meus mandamentos.

É como se nos dissesse que ele é o único a quem nos devemos ligar, não tolerando nenhum outro além dele. E ainda que vingará a sua majestade e a sua glória se alguns as transferirem para as imagens ou para uma qualquer outra coisa: e isso não somente uma única vez, mas ao longo das gerações, pais, filhos e descendentes, isto é, todos aqueles — tantos quantos sejam — que imitem a impiedade dos pais. E que também, do mesmo modo, manifesta a sua misericórdia e doçura para com todos aqueles que o amam e guardam a sua Lei. E com isso declara-nos a grandeza da sua misericórdia que estende até mil gerações, enquanto a sua vingança não vai além de quatro gerações.

Terceiro mandamento

Não tomarás o Nome do Senhor em vão, porque o Senhor não terá por inocente aquele que tiver tomado o Nome do Senhor, seu Deus, em vão.

Aqui é-nos proibido que abusemos do seu Nome santo e sagrado em juramentos que visem coisas vãs ou mentiras; com efeito, os juramentos não devem estar ao serviço do nosso prazer ou deleite, mas sim de uma justa necessidade, quando se trata de manter a glória do Senhor, ou quando se nos impõe afirmar algo que vai no sentido da edificação.

E ele proíbe absolutamente que maculemos em alguma coisa o seu Nome santo e sagrado. Impõe-se-nos, isso sim, tomar esse Nome de um modo reverente, com toda a dignidade, segundo o exige a sua santidade, quer pronunciemos um juramento, quer emitamos algum propósito acerca dele.

E tendo em conta que o principal uso desse Nome é ele ser invocado, podemos compreender que invocação nos é aqui ordenada.

Finalmente, ele anuncia aqui uma punição, a fim de que os profanadores da santidade do seu Nome mediante injúrias e outras blasfémias não pensem poder escapar à sua vingança.

Quarto mandamento

Lembra-te do dia do repouso para o santificar. Trabalharás seis dias e farás toda a tua obra. O sétimo dia é o repouso do Senhor teu Deus. Nenhum trabalho farás, nem tu, nem o teu filho, nem a tua filha, nem o teu servo, nem a tua serva, nem os teus animais, nem o estrangeiro

que está dentro das tuas portas. Porque em seis dias Deus fez o céu, e a terra, e o mar e tudo o que está neles, e ao sétimo dia repousou. Por isso abençoou o dia do repouso e o santificou.

Podemos ver que foram três os motivos que levaram à ordenação deste mandamento.

Com efeito, em primeiro lugar, o Senhor quis, sob o repouso do sétimo dia, figurar ao povo de Israel o repouso espiritual mediante o qual os fiéis devem cessar as suas próprias obras, a fim de deixar o Senhor trabalhar neles mesmos.

Em segundo lugar, ele quis que houvesse um determinado dia ordenado para que eles se reunissem a fim de ouvir a sua Lei e fazer as suas cerimónias.

Em terceiro lugar, ele quis que um dia de repouso fosse permitido aos servos e àqueles que vivem sob o poder de outrem, a fim de poderem usufruir alguma interrupção do seu trabalho. Mas isto é mais uma consequência que uma razão principal.

Quanto ao primeiro motivo, não há dúvida de que tenha cessado em Cristo: com efeito, ele é a Verdade pela qual todas as figuras se dissipam, e é o Corpo que, com a sua vinda, faz desaparecer todas as sombras. É esse o motivo que leva S. Paulo a afirmar que o sábado era a sombra da realidade futura⁸. E a afirmar, noutro passo, a mesma verdade: de facto, no capítulo 6 da Epístola aos Romanos, ensina-nos que somos sepultados com Cristo, a fim de que, pela sua morte, morramos para a corrupção da nossa carne⁹. Coisa que se faz não num dia, mas ao longo da nossa vida, até que, inteiramente mortos para nós mesmos, sejamos cheios da vida de Deus. Assim pois, a observação supersticiosa dos dias deve estar longe dos cristãos.

Contudo, em virtude de os dois últimos motivos não poderem ser contados entre as sombras antigas e pertencerem a todos os tempos, uma vez o sábado abrogado, necessitamos ter certos dias para ouvir a Palavra de Deus, partir o pão místico da ceia, orar publicamente. Com efeito, é tal a nossa fraqueza que é impossível levar a cabo assembleias quotidianas. É preciso também que servos e operários possam descansar do seu trabalho.

É assim que o dia observado pelos Judeus foi suprimido — o que foi útil para abolir a superstição — e um outro dia foi destinado para esse fim (coisa necessária para manter e conservar a ordem e a paz na Igreja).

⁸ Colossenses 2:16.

⁹ Romanos 6:6-7.

Se, pois, a verdade foi dada aos Judeus sob a forma de figuras, a nós ela é revelada sem sombra alguma:

Primeiro, para que em toda a nossa vida meditemos um perpétuo sábado das nossas obras, a fim de que o Senhor opere em nós pelo seu Espírito.

Segundo, para que guardemos a ordem legítima da Igreja, a fim de ouvirmos a Palavra de Deus, recebermos os sacramentos, orarmos publicamente.

Terceiro, para que não oprimamos inumanamente pelo trabalho aqueles que nos estão sujeitos.

SEGUNDA TÁBUA

Quinto mandamento

Honra teu pai e tua mãe a fim de que os teus dias sejam prolongados na terra que o Senhor teu Deus te dará.

Com estas palavras é-nos ordenada a piedade para com os nossos pais e mães e aqueles que estão estabelecidos acima de nós num mesmo grau, como é o caso dos príncipes e dos magistrados. A saber, que lhes rendamos toda a reverência, obediência e reconhecimento, e todos os serviços ao nosso alcance. Porque é a vontade do Senhor que paguemos na mesma moeda àqueles que nos puseram nesta vida. E pouco importa que sejam dignos ou indignos de uma tal honra, porque, independentemente do que são, são-nos dados por pai e por mãe pelo Senhor que quis que os honremos.

Mas é-nos também necessário, incidentalmente, ter em conta isto: não nos é ordenado que lhes obedeçamos senão em Deus. Motivo pelo qual não devemos, com a intenção de lhes agradar, transgredir a Lei do Senhor; porque se eles nos ordenam algo que seja contra Deus, não devemos nesse caso considerá-los como pai e mãe, mas como estranhos que pretendem impedir-nos que obedeçamos ao nosso verdadeiro Pai.

Este quinto mandamento é o primeiro com promessa, como o diz S. Paulo no capítulo 6 da Epístola dos Efésios¹⁰. Quando o Senhor promete uma bênção da vida presente aos filhos que tenham servido e honrado os seus pais e mães mediante uma tal observância, declara

¹⁰ Efésios 6:2.

também que uma certa maldição impende sobre aqueles que lhes são rebeldes e desobedientes.

Sexto mandamento

Não matarás

Aqui são-nos interditos toda a violência e todo o ultraje, e, de um modo geral, toda a ofensa, pelos quais o corpo do próximo pode ser ferido.

Com efeito, se temos presente que o homem é feito à imagem de Deus, devemos tê-lo por santo e sagrado, de tal modo que não pode ser violado sem que nele a imagem de Deus seja também violada.

Sétimo mandamento

Não adulterarás

Aqui o Senhor proíbe toda a espécie de luxúria e de impudícia. Porque o Senhor uniu o homem à mulher mediante a lei única do casamento, e sendo esta união selada pela sua autoridade, ele santifica-a também pela sua bênção: daí que toda uma outra união, que não a do casamento, seja maldita diante dele.

Deste modo, é necessário que aqueles que são desprovidos do dom da continência — trata-se, com efeito, de um dom particular que não está no poder de cada um — acudam à intemperança da sua carne mediante o honesto remédio do casamento, pois este é particularmente honroso. Deus, porém, condenará os debochados e os adúlteros¹¹.

Oitavo mandamento

Não furtarás

Aqui, em formulação sintética, é interdita e proibida a apropriação dos bens dos outros. Porque o Senhor quer que estejam bem longe do seu povo todas as rapinas através das quais os fracos são sobrecarregados e oprimidos, bem como todas as trapanças através das quais é molestada a inocência dos simples.

Se, pois, queremos conservar puras e inocentes de latrocínio as nossas mãos, impõe-se que nos abstenhamos de todas as subtilezas e

artimanhas, no mesmo grau com que nos devemos abster de violentas rapinas.

Nono mandamento

Não dirás falso testemunho contra o teu próximo

Aqui o Senhor condena todas as maldições e injúrias mediante as quais o bom nome do nosso irmão é ultrajado, bem como todas as mentiras mediante as quais, de um modo ou outro, o próximo é ferido.

Porque se a integridade de um bom nome é o mais precioso dos tesouros, sermos dela despojados não é desastre menor que sermos despojados dos nossos bens. Frequentemente, roubamos tão eficazmente os bens do nosso irmão através de falsos testemunhos como através da rapacidade das mãos.

Deste modo, a nossa língua é ligada por este mandamento, como o são as nossas mãos pelo mandamento precedente.

Décimo mandamento

Não cobiçarás a casa do teu próximo e não desejarás a sua mulher, nem o seu servo, nem a sua serva, nem o seu boi, nem o seu jumento, nem nenhuma das coisas que lhe pertencem.

Com estas palavras o Senhor põe como que um freio às nossas cupidezes que ultrapassam os limites da caridade. Com efeito, tudo o que os outros mandamentos interditam fazer em actos contra a regra do amor, este interdita concebê-lo no coração.

Assim, este mandamento condena o ódio, a inveja, a malquerença, do mesmo modo que, antes, era condenado o homicídio. As afecções lúbricas e a mácula interior do coração são aqui interditas, e são-no tanto quanto o é o deboche. Antes tinham já sido proibidas a rapacidade e o ardil, agora é-o a avareza; antes tinha já sido interdita a maledicência, agora é a própria malignidade que é reprimida.

Vemos o quanto a intenção deste mandamento é geral e se processa nos dois sentidos. Com efeito, o Senhor exige que amemos os nossos irmãos com um afecto maravilhoso e soberanamente ardente, e ordena que um tal afecto não seja afectado pela cobiça, por menor que ela seja, contra o bem e o benefício do próximo.

A súpula deste mandamento é, pois, que devemos viver o afecto

de um modo tal que não sejamos afectados pela cobiça, contrária à lei do amor, e estejamos prontos a entregar de bom grado a cada um aquilo que é seu. Ora, é-nos necessário não perder de vista, em relação a cada um, que é seu o que nos incumbe entregar-lhe em nome do dever do nosso cargo¹².

2. O sumário da Lei

Nosso Senhor Jesus Cristo explicitou, de um modo suficientemente claro, para que tendem todos os mandamentos da Lei, ao ensinar que toda a Lei está contida em dois capítulos.

O primeiro, que amemos o Senhor nosso Deus, com todo o nosso coração, com toda a nossa alma, com todas as nossas forças.

O segundo, que amemos o nosso próximo tanto quanto a nós mesmos.

Uma tal interpretação extraiu-a ele da Lei ela mesma, pois a primeira parte encontra-se no capítulo 6 do Deuteronómio¹³, e à outra vêmo-la no capítulo 19 do Levítico¹⁴.

3. O que nos vem exclusivamente da Lei

Eis aí o modelo de uma vida santa e justa, e até mesmo uma imagem perfeitíssima da justiça. De modo que se alguém exprime na sua vida a Lei de Deus, nada do que se pede à perfeição lhe faltará diante do Senhor.

Para atestar isso, não somente Deus promete àqueles que tiverem cumprido a sua Lei as grandes bênçãos da vida presente — evocadas no capítulo 26 do Levítico¹⁵ e no capítulo 28 do Deuteronómio¹⁶ — mas também a recompensa da vida eterna¹⁷.

Por outro lado, Deus anuncia a vingança de uma morte eterna contra todos aqueles que não tiverem cumprido, pelas suas obras, tudo o

¹² Enquanto homens e crentes. Os deveres que nos são prescritos em relação ao nosso próximo, determinam o que o nosso próximo tem direito a esperar de nós, isto é, aquilo que de facto lhe pertence propriamente.

¹³ Deuteronómio 6:5.

¹⁴ Levítico 19:18.

¹⁵ Levítico 26:3-13.

¹⁶ Deuteronómio 28:1-14.

¹⁷ Levítico 18:5.

que é ordenado nesta Lei¹⁸. Moisés também, tendo publicado a Lei, toma por testemunha o céu e a terra ao propor ao povo o bem e o mal, a vida e a morte¹⁹.

Impõe-se-nos contudo — ainda que a Lei mostre o caminho da vida — ver como é que ela nos pode ser de proveito. Não há dúvida de que, se a nossa vontade estivesse completamente formada e ordenada para a obediência da vontade de Deus, o conhecimento da Lei, só por si, bastaria para a nossa salvação. Mas — dado que a nossa natureza carnal e corrompida batalha em tudo e sempre contra a Lei espiritual de Deus, e em nada é corrigida pela doutrina dessa Lei — subsiste isto: essa mesma Lei, dada para nossa salvação tivesse ela encontrado ouvintes bons e capazes, torna-se ocasião de pecado e de morte. Com efeito, visto todos nós estarmos convencidos de sermos transgressores da Lei, quanto mais claramente ela nos manifesta a justiça de Deus, tanto mais claramente ela nos manifesta a nossa injustiça.

Por conseguinte, quanto mais ela nos surpreende numa grande transgressão, tanto mais grave será o julgamento de Deus de que ela nos torna culpados; e assim, suprimida a promessa da vida eterna, não nos resta senão a maldição que nos toca a todos em nome da Lei.

4. A Lei é uma etapa para chegar a Cristo

Se a injustiça e a transgressão de todos nós são demonstradas pelo testemunho da Lei, não é com o fim de cairmos no desespero e — uma vez a coragem perdida — mergulharmos na ruína.

Não há dúvida de que o apóstolo Paulo testemunha que somos todos condenados pelo julgamento da Lei, a fim de que toda a boca se feche e o mundo inteiro seja visto como culpado diante de Deus²⁰. Contudo, o mesmo apóstolo ensina em outro passo que Deus encerrou todos os homens debaixo da incredulidade, não com o objectivo de os perder ou deixá-los perecer, mas sim com o desiderato de fazer misericórdia a todos²¹.

Assim o Senhor, depois de nos ter advertido pela Lei da nossa vulnerabilidade e impureza, consola-nos mediante a confiança na sua força e na sua misericórdia, e isso em Cristo, seu Filho, por meio do qual se nos revela benevolente e propício.

¹⁸ Deuterónimo 28:15-68.

¹⁹ Deuterónimo 30:19-20.

²⁰ Romanos 3:19.

²¹ Romanos 11:32.

Porque se, na Lei, Deus aparece como o remunerador de uma perfeita justiça, da qual estamos totalmente desprovidos, e também como o Juiz íntegro e severo dos pecados — se isso é assim, já em Cristo, pelo contrário, a sua face brilha cheia de graça e de doçura, e isso para com miseráveis e indignos pecadores. Com efeito, deu este exemplo admirável do seu amor infinito ao entregar por nós o seu próprio Filho, tendo-nos aberto nele todos os tesouros da sua clemência e da sua bondade.

TERCEIRA PARTE

Da Fé

1. Apropriamo-nos de Cristo pela fé

O Pai misericordioso oferece-nos o seu Filho pela Palavra do Evangelho. E é pela fé que o enlaçamos e o reconhecemos como aquele que nos foi dado.

É certo que a Palavra do Evangelho convoca todos os homens a participar em Cristo, mas muitos, cegos e endurecidos pela incredulidade, desprezam esta graça tão extraordinária. Assim pois, só os fiéis fruem Cristo, e só eles o recebem como o enviado. Ele é-lhes dado e, como tal, não o rejeitam; sendo por ele chamados, seguem-no.

2. Da eleição e da predestinação

Perante uma tal diferença, impõe-se-nos necessariamente considerar o grande segredo do desígnio de Deus: é que, com efeito, a semente da Palavra de Deus toma raiz e frutifica somente naqueles a quem o Senhor, pela sua eleição eterna, predestinou a serem seus filhos e herdeiros do Reino celeste.

Para todos os outros — reprovados pelo mesmo desígnio de Deus antes da constituição do mundo —, a clara e evidente pregação da Verdade não pode ser outra coisa senão um odor de morte que conduz à morte.

Ora, o motivo pelo qual o Senhor usa de misericórdia com uns e exerce o rigor do seu julgamento com outros, deixemo-lo conhecido só por ele, já que a ele aprouve deixá-lo oculto a todos, e isso por excelentes motivos. Com efeito, nem a rudeza do nosso espírito poderia suportar uma tão grande limpidez, nem a nossa pequenez poderia compreender uma tão grande sabedoria.

Na verdade, todos aqueles que tentarem elevar-se até lá — e não

quiserem reprimir a temeridade do seu espírito — experimentarão a verdade do dito de Salomão: aquele que quer procurar a majestade de Deus será esmagado pela sua glória²².

Basta-nos que isto esteja resolvido em nós: que essa dispensação do Senhor, embora oculta ao nosso conhecimento, seja vista por nós, não obstante, como santa e justa. Porque se Deus quisesse condenar todo o género humano, teria todo o direito disso. E naqueles a quem retira da perdição não podemos senão contemplar a sua soberana bondade.

Reconheçamos, pois, isto: que os eleitos são os vasos da sua misericórdia — e é isso mesmo que eles são! —, e que os reprovados são os vasos da sua cólera, que todavia não é senão justa²³. De uns e dos outros tiremos argumento e matéria para exaltar a sua glória.

Por outro lado, não procuremos — como acontece a muitos, para confirmar a certeza da salvação — penetrar no céu para indagar o que Deus, desde a sua eternidade, decidiu fazer de nós, pois uma tal indagação redundaria para nós numa angústia e numa perturbação miseráveis. Contentemo-nos, antes, com o testemunho mediante o qual ele confirmou em nós, de modo amplo e suficiente, essa certeza. Porque, visto ser em Cristo que são eleitos todos quantos foram preordenados à vida — antes mesmo que os fundamentos do mundo tivessem sido estabelecidos —, é também em Cristo, se o recebemos e enlaçamos pela fé, que a garantia da nossa eleição nos é apresentada.

Com efeito, que procuramos nós na eleição senão sermos participantes da vida eterna? E temos esta vida em Cristo, ele que era a Vida desde o começo, e que nos é proposto como Vida a fim de que todos aqueles que creiam nele não pereçam, mas usufruam da vida eterna²⁴.

Se, pois, ao possuirmos Cristo pela fé, possuímos também a vida nele, não temos de nos interrogar mais acerca do desígnio eterno de Deus: com efeito, Cristo não é somente um espelho mediante o qual nos é apresentada a vontade de Deus, mas também uma garantia pela qual essa vontade nos é selada e confirmada.

3. O que é a verdadeira Fé

Não se deve pensar que a fé cristã se limita a ser um puro e simples conhecimento de Deus, ou uma inteligência da Escritura, esvoaçando

²² Provérbios 25:2 (numa tradução diferente da generalidade das nossas traduções modernas).

²³ Romanos 9:22-23.

²⁴ João 3:16.

no cérebro sem tocar o coração. Essa é, ordinariamente, a opinião que temos das coisas que nos são confirmadas por uma qualquer razão provável.

Mas a fé cristã é uma firme e sólida confiança do coração, mediante a qual nos firmamos com toda a segurança na misericórdia de Deus que nos é prometida pelo Evangelho.

Deste modo, a definição da fé deve ter como fundamento a substância da promessa. E de tal modo a fé se apoia nesse fundamento que, uma vez este suprimido, ela imediatamente se desmoronaria, ou antes desapareceria.

Do mesmo modo, quando o Senhor — mediante a promessa do Evangelho — nos oferece a sua misericórdia, se firmemente e sem hesitação nos entregamos a Ele, o autor da promessa, é então que, pela fé, nos apropriamos da sua Palavra.

E esta definição não é diferente da do apóstolo, que nos ensina que a fé é a substância das coisas que se esperam, a demonstração daquelas que não se vêem²⁵ O apóstolo entende com isso uma posse segura e certa das coisas que são prometidas por Deus e uma evidência das coisas não-visíveis, a saber, da vida eterna que esperamos em virtude da nossa confiança nesta divina bondade que nos é oferecida pelo Evangelho.

Ora, visto todas as promessas de Deus serem confirmadas e, por assim dizer, asseguradas e cumpridas em Cristo, é evidente que Cristo é, sem dúvida alguma, o perpétuo objecto da fé, e que é nele que ela contempla todas as riquezas da misericórdia divina.

4. A fé é um dom de Deus

Se tivermos em conta, honestamente em nós mesmos, até que ponto o nosso pensamento é cego diante dos segredos celestes de Deus, e até que ponto o nosso coração é infiel em todas as coisas — se tivermos isso em conta, não duvidaremos de que a fé sobrepuja infinitamente todo o poder da nossa natureza, e é um dom extraordinário e precioso de Deus. Como o diz S. Paulo: «Se ninguém conhece as coisas do homem, a não ser o espírito do homem que está nele, também ninguém conhece as coisas de Deus, a não ser o Espírito de Deus»²⁶ Se a verdade de Deus vacila em nós, mesmo quando se trata

²⁵ Hebreus 11:1.

²⁶ 1 Coríntios 2:11

das coisas que o nosso olho vê, como poderá ela ser firme e estável quando se trata das coisas, prometidas por Deus, que o nosso olho não vê e a nossa inteligência não compreende?

É evidente, pois, ser a fé uma iluminação do Espírito Santo, que esclarece as nossas inteligências e fortalece os nossos corações. Ela persuade-nos de um modo firme; ela torna-nos seguros disto: a verdade de Deus é de tal modo certa que, indubitavelmente, ele cumprirá tudo o que a sua Palavra santa prometeu que ele fará.

Eis a razão pela qual o Espírito Santo é designado como as arras que confirmam a certeza da verdade divina nos nossos corações, selando-os na esperança do dia do Senhor²⁷. O Espírito Santo presta testemunho ao nosso espírito de que Deus é nosso Pai e de que nós somos seus filhos.²⁸

5. Somos justificados em Cristo pela fé

Dado ser Cristo o objecto permanente da fé, não podemos saber o que pela fé recebemos a não ser olhando para ele. Ora ele foi-nos dado pelo Pai, a fim de obtermos nele a vida eterna. Jesus disse: «A vida eterna é que eles te conheçam, a ti, o único verdadeiro Deus, e aquele que tu enviaste, Jesus Cristo»²⁹; e ainda: «Aquele que crê em mim, mesmo que tenha morrido, viverá.»³⁰

Contudo, para que isso se cumpra, impõe-se que nós, maculados pelo pecado, sejamos purificados nele, pois nada de impuro entrará no reino de Deus. Motivo pelo qual devemos participar nele, a fim de, pecadores em nós mesmos, sermos pela sua justiça encontrados justos diante do trono de Deus. E deste modo, despojados da nossa justiça, somos revestidos com a justiça de Cristo e, injustos pelas nossas obras, somos justificados pela fidelidade de Cristo.

Com efeito, está dito que somos justificados pela fé, não porque recebemos no interior de nós uma qualquer justiça, mas porque a justiça de Cristo nos é atribuída como se fosse nossa, enquanto a nossa própria injustiça não nos é imputada. E isso de tal modo que é possível, — digamo-lo numa palavra — chamar verdadeiramente a esta justiça a remissão dos pecados. É isso que o apóstolo declara, de um modo

²⁷ 2 Coríntios 1:22; Efésios 1:13.

²⁸ Romanos 8:15-16

²⁹ João 17:3.

³⁰ João 11:25

evidente, ao comparar frequentemente a justiça das obras à justiça da fé, e ao ensinar que a primeira é anulada pela segunda.³¹

Ao estudarmos o *Símbolo dos Apóstolos* — que indica, na ordem que é a sua, todas as realidades sobre as quais se funda e apoia a nossa fé — veremos como é que Cristo nos comunicou o mérito dessa justiça, e no quê ela consiste.

6. Somos santificados pela fé para obedecer à Lei

Assim como Cristo intercede por nós junto do Pai, mediante a justiça que é a sua, a fim de sermos declarados justos, — sendo ele o nosso advogado —, assim também, ao nos fazer participar no seu Espírito, nos santifica para nos tornar puros e inocentes. Porque o Espírito do Senhor repousou sobre ele sem medida — o Espírito de sabedoria, de inteligência, de conselho, de força, de ciência e de temor do Senhor —, a fim de que todos nós pudéssemos beber da sua plenitude e receber graça da graça que lhe foi dada.³²

Aqueles, pois, que se ufanam da fé cristã, embora estejam inteiramente privados da santificação do seu Espírito, enganam-se a eles mesmos: com efeito, a Escritura ensina que Cristo foi feito em nosso favor não somente justiça mas também santificação. Por conseguinte, não podemos receber pela fé a sua justiça sem abraçar também esta santificação. O Senhor, mediante esta aliança que conosco estabeleceu em Cristo, promete simultaneamente que fará a expiação dos nossos pecados e que escreverá a sua Lei nos nossos corações.³³

A obediência à Lei não é, pois, uma obra que dependa de nós, mas sim uma obra de que o poder vem do Espírito que purifica os nossos corações corrompidos, e amolece-os para que eles obedeçam à justiça.

Daí que a prática da Lei seja, para os cristãos, absolutamente impossível fora da fé. O ensino exterior da Lei, antes, não fazia senão acusar-nos de fraqueza e de transgressão. Mas, desde que o Senhor gravou nos nossos corações o amor da sua justiça, a Lei é uma lâmpada para guiar os nossos passos, a fim de não nos desviarmos do recto caminho; ela é a sabedoria que nos forma, nos instrui e nos encoraja a tornarmo-nos íntegros; ela é a nossa regra e não suporta ser destruída por uma má liberdade.

³¹ Romanos 10:3-8; Filipenses 3:9.

³² Cf. João 1:16.

³³ Jeremias 31:31-34; Hebreus 8:6-12 e 10:11 e segs.

7. Do arrependimento e do novo nascimento

É-nos agora fácil compreender o porquê de o arrependimento estar sempre unido à fé cristã, bem como o porquê de o Senhor afirmar que ninguém pode entrar no Reino dos céus sem ser nascido de novo.³⁴

O arrependimento é essa conversão mediante a qual, renunciando à perversidade deste mundo, regressamos ao caminho do Senhor. E como Cristo não é ministro do pecado, se ele nos purifica das máculas deste provenientes, se ele nos reveste da participação na sua justiça, não é para que profanemos de seguida uma tão grande graça mediante o cometimento de novas faltas; é antes para que consagremos o futuro da nossa vida à glória do Pai que nos adoptou como seus filhos.

A realização deste arrependimento depende do nosso novo nascimento e compreende duas partes: a mortificação da nossa carne (isto é, da corrupção que é gerada connosco) e a vivificação espiritual mediante a qual a natureza humana é restaurada na sua integridade.

Toda a meditação da nossa vida está, pois, nisto: que estando mortos para o pecado e para nós mesmos, vivamos para Cristo e para a sua justiça. E como este renascimento nunca acaba enquanto formos prisioneiros deste corpo de morte, é preciso que o cuidado com o nosso arrependimento dure até à nossa morte.

8. A relação entre a justiça das boas obras e a justiça da fé

Impõe-se-nos não duvidar de que as boas obras que procedem de uma consciência purificada são agradáveis a Deus: reconhecendo em nós a justiça que é a sua, ele não pode senão aprová-lo e estimá-lo.

Devemos, contudo, acautelarmo-nos cuidadosamente, de modo a não sermos transportados por uma vã confiança nas boas obras, o que redundaria no esquecimento de que a nossa justificação é somente pela fé em Cristo. Não há, com efeito, nenhuma justiça das obras diante de Deus a não ser aquela que corresponde à sua justiça. Assim, não basta àquele que quer ser justificado pelas obras produzir algumas boas obras; é-lhe necessário, antes, concretizar uma perfeita obediência à Lei. E mesmo esses que, mais que todos os outros, encontraram proveito na Lei do Senhor, estão ainda muito longe de uma perfeita obediência.

Mais ainda: se a justiça de Deus quisesse contentar-se com uma única boa obra, mesmo assim o Senhor não encontraria nos seus santos essa boa obra merecedora de ser objecto do elogio da justiça. Com efeito — por mais espantoso que isto pareça — eis uma verdade certa: nem uma só obra há que, provinda de nós, seja inteiramente perfeita e esteja livre de uma qualquer mácula.

Daí o motivo por que — dado sermos todos pecadores maculados por numerosos traços pecaminosos — nos é necessário ser justificados do exterior. Temos assim sempre necessidade de Cristo, para que a sua perfeição cubra a nossa imperfeição, a sua pureza lave as nossas máculas, a sua obediência apague a nossa injustiça, a sua justiça nos seja gratuitamente imputada. E isso sem ter em consideração as nossas obras, cujo valor é incapaz de subsistir diante do julgamento de Deus.

Mas quando as nossas máculas — que de outro modo contaminam as nossas obras diante de Deus — são assim cobertas, o Senhor não vê nas nossas obras senão uma inteira pureza e uma inteira santidade. Motivo pelo qual ele as honra enaltecendo-as e louvando-as. Designa-as como justas e tem-nas como tais. E promete-lhes uma imensa recompensa.

Numa palavra, impõe-se-nos concluir que a comunhão com Cristo tem um preço tal que, por causa dela, não somente somos gratuitamente justificados, mas também as nossas obras são consideradas justas e recompensadas com uma eterna remuneração.

9. O Símbolo da Fé

Acabámos de expor aquilo que, pela fé, obtemos em Cristo. Escutemos agora aquilo que a nossa fé deve ver e considerar em Cristo para se fortalecer. Ora isso é desenvolvido no *Símbolo* (é assim que é chamado), onde vemos como Cristo foi, pelo Pai e para nós, feito sabedoria, redenção, vida, justiça e santificação.

Pouco importa o autor ou os autores que compuseram este sumário da fé. Na verdade, não contém nenhum ensinamento humano, provindo antes dos testemunhos muito seguros da Escritura.

Mas para que a nossa confissão de fé no Pai, no Filho e no Espírito Santo não perturbe ninguém, começemos por dela falar um pouco.

Quando nomeamos o Pai, o Filho e o Espírito Santo, não estamos a imaginar três Deuses. A Escritura e a experiência da piedade mostram-nos no Ser único de Deus, o Pai, o seu Filho e o seu Espírito. De tal

modo que a nossa inteligência não pode conceber o Pai sem pressupor igualmente o Filho no qual brilha a sua imagem viva, e o Espírito no qual aparece a sua potência e a sua força.

Detenhamo-nos, pois, e fixemos todo o pensamento do nosso coração em um só Deus. E, contudo, contemplemos sempre o Pai com o Filho e o seu Espírito.

Creio em Deus, o Pai todo-poderoso, criador do céu e da terra.

Estas palavras não nos ensinam somente a crer que Deus é, mas sobretudo a conhecer que ele é o nosso Deus, e a manter como certo que somos daqueles aos quais promete que será o seu Deus, e aos quais recebe como seu povo.

Toda a potência lhe é atribuída: ele dirige todas as coisas pela sua providência, governa-as pela sua vontade, condu-las pela sua força e pela potência da sua mão.

Quando dele se diz ser «criador do céu e da terra», isso significa que ele mantém, sustenta e vivifica perpetuamente tudo o que uma vez criou.

E em Jesus Cristo, seu único Filho, nosso Senhor.

O que mais acima ensinámos, a saber, que Cristo é o objecto próprio da nossa fé, aparece de um modo fecundo nessas palavras que descrevem nele todas as partes da nossa salvação.

Chamamo-lo *Jesus*, título com que foi honrado por uma revelação celeste, pois foi enviado para *salvar* os seus dos seus pecados. Essa a razão pela qual a Escritura afirma que «não há sob o céu nenhum outro nome que tenha sido dado entre os homens, pelo qual devêssemos ser salvos.»³⁵

O título *Cristo* significa que ele recebeu plenamente a *unção* de todas as graças do Espírito Santo (símbolo do óleo na Escritura), graças sem as quais caímos como ramos secos e estéreis. Uma tal unção estabeleceu-o:

Primeiramente Rei, por ordem do Pai, para que ele submetesse a si os poderes no céu e sobre a terra, a fim de sermos reis nele, exercendo domínio sobre o diabo, o pecado, a morte e o inferno.

Em segundo lugar Sacrificador, para que ele nos dê a paz e, mediante o seu sacrifício, nos reconcilie com o Pai, a fim de sermos sacrificadores nele, oferecendo ao Pai as nossas orações, as nossas acções de

graças, nós mesmos e tudo o que nos pertence, dado ser ele o nosso intercessor e o nosso mediador.

Além disso, dele se diz ser *Filho de Deus*, não como os fiéis, que o são por adopção e por graça somente; mas sim como Filho verdadeiro e legítimo que é, e por consequência o exclusivo e o *único*, distinto de nós.

Ele é o *nosso Senhor*, não apenas segundo a sua divindade — que desde toda a eternidade é uma com a do Pai — mas também segundo a carne criada na qual nos foi revelado.

Como diz S. Paulo: «Não há senão um só Deus, o Pai, de quem vêm todas as coisas e para quem nós somos, e um só Senhor, Jesus Cristo, por quem são todas as coisas e por quem nós somos.»³⁶

Que foi concebido do Espírito Santo, nascido da virgem Maria.

É-nos aqui trazido à memória o modo como o Filho de Deus se tornou, para nós, *Jesus*, isto é, Salvador, e *Cristo*, isto é, Ungido como Rei para nos guardar, e como Sacrificador para nos reconciliar com o Pai.

Ele assumiu a nossa carne com o fim de — uma vez feito Filho do homem — fazer de nós, juntamente com ele, filhos de Deus. Revestiu a nossa pobreza para nos comunicar as suas riquezas. Fez sua a nossa fraqueza para nos fortalecer com a sua força. Revestiu a nossa condição mortal para nos dar a sua imortalidade. Baixou à terra para nos elevar ao céu.

Ele *nasceu da virgem Maria* a fim de ser reconhecido como o verdadeiro filho de Abraão e de David, prometido pela Lei e pelos Profetas, e como homem verdadeiro, semelhante a nós em todas as coisas, excepto somente no pecado. Foi tentado segundo todas as nossas fraquezas, aprendendo assim a ter por elas compaixão. Foi, contudo, ele mesmo, *concebido* no seio da Virgem, mediante a potência maravilhosa e indizível do *Espírito Santo*, a fim de nascer sem mancha de corrupção carnal alguma, mas antes santificado por uma soberana pureza.

Sofreu sob Pôncio Pilatos, foi crucificado, morto e sepultado, desceu aos infernos.

Estas palavras instruem-nos de como ele cumpriu a nossa redenção, em vista da qual tinha nascido como homem mortal. A desobediência do homem, que provocava a cólera de Deus, foi por ele apa-

³⁶ 1 Coríntios 8:6.

gada mediante a sua obediência, tendo sido obediente ao Pai até à morte. E ofereceu-se ao Pai, no sacrifício da sua morte, a fim de que a justiça do Pai fosse apaziguada definitivamente, todos os fiéis fossem santificados eternamente, e a eterna satisfação fosse cumprida. Derramou o seu sangue sagrado como preço da nossa redenção, a fim de que a cólera de Deus, inflamada contra nós, se extinguisse, e fôssemos assim purificados das nossas iniquidades.

Tudo, numa tal redenção, está prenhe de mistério.

Sofreu sob Pôncio Pilatos, a sentença do qual o condenou como um criminoso e um malfeitor, a fim de sermos libertados por essa condenação e absolvidos diante do tribunal do grande Juiz.

Foi crucificado a fim de suportar na cruz — maldita segundo a Lei de Deus — a maldição que os nossos pecados mereciam.

Morreu a fim de vencer, mediante a sua morte, a morte que nos ameaçava, tragando-a a ela que, sem isso, nos teria a todos tragado e devorado.

Foi sepultado a fim de — uma vez unidos a ele mediante a eficácia da sua morte — sermos sepultados com o nosso pecado e libertados do poder do diabo e da morte.

E se se diz que *desceu aos infernos*, é para significar que ele foi ferido por Deus e que suportou e sentiu o horrível rigor do julgamento de Deus, interpondo-se a ele mesmo entre a cólera de Deus e nós, e satisfazendo, em nosso benefício, a justiça de Deus. Foi assim que sofreu e suportou o castigo que a nossa injustiça merecia, ainda que não houvesse nele sombra de pecado. Não que o Pai se tivesse alguma vez encolerizado contra ele: como teria sido possível uma tal cólera contra o seu Filho bem-amado em quem havia posto todo o seu comprazimento? Como é que, aliás, o Filho teria podido, mediante a sua intercessão, apaziguar o Pai se tivesse suscitado a sua cólera? Mas suportou o peso da cólera de Deus neste sentido: ao ser ferido e oprimido pela mão de Deus, experimentou todos os sinais da ira e da vingança de Deus, até ao ponto de ser constrangido a gritar na sua angústia. «Deus meu, Deus meu, por que me abandonaste?»³⁷

Ao terceiro dia ressuscitou de entre os mortos, subiu ao céu, está sentado à direita de Deus, o Pai todo-poderoso. De lá virá para julgar os vivos e os mortos.

Com a sua ressurreição temos a firme segurança de obter a vitória sobre a dominação da morte. De, facto, os grilhões desta não puderam

detê-lo, já que, graças ao seu poder, dela se libertou, tendo quebrado as suas armas para que elas deixassem de nos atingir mortalmente.

A sua *ressurreição* é, pois, a verdade certa, a substância e o fundamento não somente da nossa ressurreição futura, mas também desta ressurreição presente que nos permite viver numa vida nova.

Pela sua *ascensão* ao céu abriu-nos a porta do Reino dos céus, fechada para todos nós em Adão. Com efeito, entrou no céu com a nossa natureza humana como se fosse em nosso nome, de modo que possuímos já nele, em esperança, o céu, e com ele estamos sentados nos lugares celestes. É para nosso bem que ele entrou no santuário de Deus, santuário não feito pela mão do homem, a fim de perpetuamente ser — segundo o seu ofício de eterno Sacrificador — nosso advogado e nosso mediador.

Está sentado à direita do Pai. Isto quer dizer, em primeiro lugar, que ele foi estabelecido e declarado Rei, Mestre e Senhor sobre todas as coisas, para nos guardar e sustentar mediante o seu poder, de modo que o seu reino e a sua glória sejam a nossa força, o nosso poder e a nossa glória contra os infernos.

Em segundo lugar, isso quer dizer que ele recebeu todas as graças do Espírito Santo para as dispensar aos seus fiéis e com elas enriquecê-los. Assim, ainda que, (uma vez elevado ao céu), o seu corpo já não esteja presente aos nossos olhos, nem por isso deixa de ajudar os seus fiéis mediante o seu socorro e o seu poder, e de lhes mostrar o poder manifesto da sua presença, segundo a promessa: «Eis que estou convosco todos os dias até ao fim do mundo.»³⁸

Finalmente, afirma-se que *ele de lá descerá*, no último dia, visivelmente, tal como quando o viram subir. Aparecerá, então, a todos na majestade incompreensível do seu reino, *para julgar os vivos e os mortos* (isto é, aqueles que nesse dia estiverem vivos e que passarão por uma tal surpresa, e aqueles que já estiverem mortos), retribuindo a todos segundo as suas obras, segundo o que cada um, pelas suas obras, se tiver mostrado fiel ou infiel. E constitui para nós uma extraordinária consolação saber que o exercício do julgamento pertencerá àquele cuja vinda não ocorrerá senão para nossa salvação.

Creio no Espírito Santo

Quando somos ensinados a crer no Espírito Santo, isso quer dizer que nos é ordenado esperar dele todos os bens que, com origem nele, nos são prometidos na Escritura.

³⁸ Mateus 28:20.

Pelo poder do seu Espírito, Jesus Cristo faz tudo o que há de bom onde quer que seja. Mediante um tal poder ele cria, sustenta, mantém e vivifica todas as coisas. E ainda: justifica-nos, santifica-nos, purifica-nos e atrainos a ele, a fim de obtermos a salvação.

Por isso o Espírito Santo, ao habitar em nós, é Aquele que nos ilumina com a sua luz para que aprendamos e conheçamos plenamente as infinitas riquezas que, pela bondade divina, possuímos em Cristo. É o Espírito Santo que inflama os nossos corações com o fogo de um ardente amor por Deus e pelo próximo. É ele que, no dia a dia e cada vez mais, mortifica e abole os vícios da nossa cobiça, de sorte que as boas obras que em nós possa haver, são os frutos e os efeitos da sua graça. Sem ele não haveria senão trevas nas nossas inteligências e perversidade nos nossos corações.

Creio a santa Igreja universal, a comunhão dos santos

Vimos já a fonte de onde brota a Igreja que nos é aqui proposto crer para que fiquemos seguros de que todos os eleitos estão unidos, pelo elo da fé, numa Igreja, numa comunidade, num povo de Deus do qual Jesus, nosso Senhor, é o guia, o príncipe e o chefe, como de um corpo único. É, com efeito, em Cristo que os crentes foram eleitos antes da criação do mundo a fim de serem todos reunidos no Reino de Deus.

Uma tal sociedade é *católica*, isto é, universal, pois não há duas ou três. Todos os eleitos de Deus estão unidos e ligados em Cristo de tal maneira que dependem de um só Chefe, crescem como um só corpo, e estão ligados uns aos outros mediante uma disposição semelhante à dos membros de um mesmo corpo. Foram verdadeiramente feitos *um*, porque tendo uma mesma fé, uma mesma esperança, um mesmo amor, vivem de um mesmo Espírito de Deus e são chamados à mesma herança: a vida eterna.

Uma tal sociedade é *santa* também, pois todos aqueles que são eleitos pela eterna providência de Deus para serem acolhidos como membros da Igreja são todos santificados pelo Senhor e regenerados espiritualmente.

As palavras *comunhão dos santos* explicam ainda mais claramente o que é a Igreja: a comunhão dos fiéis é tal que quando um deles recebe de Deus um qualquer dom, todos são feitos participantes desse dom, ainda que, pela dispensação de Deus, esse dom seja mais particularmente dado a um do que aos outros, assim como os membros de um mesmo corpo, na sua unidade, participam entre eles em todas as coisas que têm, ainda que cada um tenha os seus dons particulares e as

suas funções sejam diversas. Porque — repito-o — todos os eleitos são juntos e reunidos em um só corpo.

Cremos que a Igreja é santa, bem como a sua comunhão, de tal modo que — seguros por uma fé firme em Cristo — temos também a segurança de ser dela membros.

Creio a remissão dos pecados

A nossa salvação repousa e está firme no fundamento da remissão dos pecados. Esta remissão é, com efeito, a porta para nos aproximarmos de Deus e o meio que nos liga a nos guarda no seu Reino.

Toda a justiça dos fiéis está contida na remissão dos pecados. Com efeito, esta justiça não se alcança por nenhum outro mérito a não ser unicamente pela misericórdia do Senhor.

Oprimidos, afligidos e confundidos pela consciência dos seus pecados, os fiéis são humilhados pelo sentimento do julgamento de Deus, sentem-se mal consigo mesmos, gemem e trabalham como se fosse debaixo de um pesado fardo e, mediante esta aversão ao pecado e esta confusão, mortificam a sua carne e tudo o que não vem senão deles mesmos.

Para termos gratuitamente a remissão dos pecados, Cristo operou o resgate necessário, tendo-o pago com o preço do seu próprio sangue. É somente nesse sangue que devemos procurar a purificação dos nossos pecados e a sua reparação.

Somos assim ensinados a crer que a remissão dos pecados e a graça nos são concedidas, a nós que somos chamados e inseridos no corpo da Igreja, pela generosidade de Deus e pelo mérito da intercessão de Jesus Cristo. Nenhuma remissão dos pecados nos é dada proveniente de ninguém mais e mediante outros meios: com efeito, fora desta Igreja e desta comunhão dos santos não há salvação.

Creio a ressurreição da carne e a vida eterna. Amém.

Antes de mais nada, é-nos aqui ensinada a esperança da ressurreição futura. Com o mesmo poder com que ressuscitou o seu Filho de entre os mortos, virá o dia em que o Senhor chamará a uma vida nova — fora do pó e da corrupção — a carne daqueles que tiverem sido atingidos pela morte antes do dia do grande Julgamento. Aqueles que então estiverem vivos passarão para a vida nova mediante uma súbita transformação, mais do que pela forma ordinária da morte.

Se as palavras *a vida eterna* são acrescentadas, é para distinguir entre

o estado dos bons e o estado dos maus. A ressurreição, com efeito, será comum a uns e a outros, mas conduzirá a condições diferentes.

A nossa ressurreição será tal que — sendo ressuscitados da corrupção para a incorrupção, da mortalidade para a imortalidade, e sendo glorificados no nosso corpo e na nossa alma —, o Senhor nos receberá na eterna beatitude, fora de toda a possibilidade de mutação e de corrupção.

Teremos uma verdadeira e total perfeição de vida, de luz e de justiça, já que seremos inseparavelmente unidos ao Senhor, ele que, como uma fonte inesgotável, contém em si toda a plenitude.

Uma tal beatitude será o Reino de Deus, Reino cheio de toda a luz, de toda a alegria, de toda a força e de toda a felicidade. Estas realidades estão agora bem fora do conhecimento dos homens, e não as vemos senão como num espelho e de uma maneira confusa, até que venha aquele dia em que o Senhor nos dará ver a sua glória face a face.

Ao contrário, os reprovados e os maus, que não procuraram nem honraram Deus com uma fé viva e verdadeira, não terão nele a sua parte nem no seu Reino. Serão rejeitados, no meio da morte imortal e da corrupção incorruptível, com todos os demónios. E, privados de toda a alegria, de toda a força e de todos os outros bens do Reino celeste, condenados às trevas perpétuas e aos sofrimentos eternos, serão consumidos por um verme que nunca morrerá e queimados com um fogo que nunca se apagará.

10. O que é a esperança

Se a fé (como ouvimos) é uma persuasão certa da verdade de Deus — verdade que não pode mentir-nos nem enganar-nos, e que não pode ser nem vã nem falsa — então aqueles que adquiriram essa certeza esperam com uma mesma segurança a realização, por Deus, das suas promessas. Para eles, essas promessas não podem ser senão verídicas.

Assim, a esperança outra coisa não é senão a espera firme das coisas que a fé crê serem prometidas por Deus em toda a verdade.

A fé crê que Deus é verídico: a esperança espera que ele manifeste a sua veracidade no tempo oportuno.

A fé crê que Deus é nosso Pai: a esperança confia que ele comportar-se-á sempre como tal para connosco.

A fé crê que a vida eterna é-nos já dada: a esperança espera o dia em que ela será revelada.

A fé é o fundamento sobre o qual repousa a esperança: a esperança nutre e mantém a fé.

E assim como ninguém pode aguardar e esperar coisa alguma de Deus sem crer primeiro nas suas promessas, assim também é preciso que a fraqueza da nossa fé — que, cansada, não deve desfalecer — seja sustentada e conservada por uma esperança e uma espera perseverantes.

QUARTA PARTE

Da Oração

1. Necessidade da oração

Por um lado, o homem correctamente instruído na verdadeira fé vê claramente até que ponto é pobre, privado de todos os bens, e quanto lhe falta toda a possibilidade própria de salvação. Motivo pelo qual, se quer encontrar algum socorro para prover à sua miséria, é-lhe necessário sair de si para o procurar algures.

Por outro lado, contempla o Senhor que, generosamente e na sua boa vontade, se oferece em Jesus Cristo e lhe abre em Cristo todos os tesouros celestes, a fim de que toda a fé do homem se aplique a olhar esse Filho bem-amado, toda a sua espera fique suspensa desse Filho, e toda a esperança do homem repouse e se enraíze nesse Filho.

Impõe-se, pois, que o homem se volte para Deus para lhe pedir, por meio da oração, o que aprendeu estar nele.

Não invocar Deus, orando, sabendo que ele é o Senhor, que todos os bens provêm dele e que ele nos convida a pedir-lhe o que precisamos, é como se alguém, sabendo que um tesouro está enterrado numa determinada terra, o deixasse lá por indiferença, sem se dar ao trabalho de o desenterrar.

2. O sentido da oração

Visto que a oração é um a espécie de comunicação entre Deus e nós, mediante a qual expomos diante dele os nossos desejos, as nossas alegrias e os nossos lamentos — numa palavra, todos os movimentos do nosso coração — impõe-se-nos não perder de vista, sempre que invocamos o Senhor, descer ao mais profundo do nosso coração, para daí nos dirigirmos a ele, e não somente da garganta ou da língua.

Não há dúvida de que a língua, ao manter o espírito mais atento ao

pensamento de Deus, serve a oração; além disso, trata-se de uma parte do nosso corpo especialmente destinada a exaltar a glória de Deus, pelo que se deve ocupar, juntamente com o coração, da meditação da sua bondade. Não obstante, o Senhor declara pelo seu profeta o castigo que ameaça todos aqueles que o honram com os lábios enquanto a vontade está ausente e o coração longe dele.³⁹

Se a verdadeira oração deve ser um puro movimento do nosso coração para a Deus, então é preciso que nos desembaracemos de todo o pensamento da nossa própria glória, de toda a ideia de dignidade, e de toda a confiança em nós mesmos. É assim que o profeta nos exorta a orar não segundo a nossa justiça mas segundo a imensa misericórdia do Senhor, a fim de que ele nos responda por amor dele mesmo, porque o seu Nome é invocado sobre nós.⁴⁰

Um tal conhecimento da nossa miséria de nenhum modo deve dissuadir-nos de nos aproximarmos de Deus. A oração não foi instituída para que nós nos elevemos arrogantemente diante de Deus, nem para que exaltemos a nossa dignidade, mas para que confessemos a nossa miséria, gemendo como crianças que ao seu pai fazem ouvir os seus lamentos. Antes, um tal sentimento deve ser para nós um agulhão que nos incite a orar mais.

Há duas coisas que devem, de um modo muito forte, levar-nos a orar: primeiro, a ordem de Deus que nos manda orar; em seguida, a promessa com a qual ele nos assegura que receberemos o que lhe pedirmos.

Aqueles que invocam Deus e a ele oram, recebem uma singular consolação porque, agindo assim, sabem que fazem uma coisa que lhe é agradável. Assegurados na promessa, têm, além disso, a certeza de serem ouvidos. «Pedi e ser-vos-á dado. Batei e abrir-se-vos-á. Procurai e encontrareis»,⁴¹ diz o Senhor; e ainda: «Invocai-me no dia da tribulação; livrar-te-ei, e tu me glorificarás.»⁴²

Este último passo indica os dois tipos de oração: a invocação (ou petição) e a acção de graças. Na petição, pomos a nu, diante de Deus, os desejos dos nossos corações. Com a acção de graças reconhecemos os seus benefícios para connosco. E temos de usar um e outro assiduamente, pois é tal a pobreza e tal a indigência que nos oprimem, que até mesmo os melhores devem suspirar e gemer continuamente e, com toda a humildade, invocar o Senhor; e, por outro lado, as gene-

³⁹ Isaías 29:13; Mateus 15:8.

⁴⁰ Daniel 9:18.

⁴¹ Mateus 7:7.

⁴² Salmo 50:15.

rosidades que nosso Senhor derrama sobre nós, na sua bondade, são tão amplas e — onde quer que as olhemos —, as maravilhas das suas obras manifestam-se de tal maneira grandes, que temos sempre matéria para o louvor e para as acções de graças.

3. A oração do Senhor

O nosso Pai misericordioso não se limitou a ordenar-nos que a ele oremos, nem a exortar-nos a procurá-lo em todas as circunstâncias. Mas vendo ainda que ignoramos o que temos de pedir e o que são as nossas necessidades, ele quis socorrer-nos nesta ignorância e ele mesmo supriu o que nos faltava. Além disso, recebemos da sua vontade um singular fortalecimento, quando nos leva a orar como se fosse pela sua boca. Torna-se claro, então, que nada lhe pedimos de insensato, nem de bizarro, nem de despropositado.

Essa oração assim dada e ordenada compreende seis petições: as três primeiras tendem particularmente a essa glória de Deus, e por isso impõe-se-nos, ao dizê-las, tê-la a ela só em conta, sem considerar as nossas conveniências; as três outras preocupam-se connosco e solicitam as coisas de que temos necessidade. Mas isso de tal modo que a glória de Deus — que pedimos nas três primeiras petições, afastando então o nosso pensamento da consideração do nosso bem — dá lugar, em seguida, ao nosso bem. Por outro lado, nas três últimas petições, ao pedirmos as coisas que nos são necessárias, fazêmo-lo para a glória de Deus.

Pai nosso que estás nos céus...

A primeira regra de toda a oração consiste em ela ser apresentada a Deus em nome de Cristo, pois num outro nome nenhuma outra lhe pode ser agradável.

Ao chamar a Deus *Pai nosso*, não há dúvida de que antecipamos o nome de Cristo.

Nenhum homem no mundo é digno de se apresentar a Deus e de aparecer diante da sua face. Este bom Pai celeste, para nos livrar de uma confusão que, merecidamente, nos perturbaria, deu-nos o seu Filho Jesus como mediador e intercessor. Sob a conduta de Jesus, podemos aproximar-nos dele ousadamente, tendo uma confiança plena de que nada do que pedirmos no nome deste Intercessor será rejeitado, pois nada pode ser-lhe negado pelo Pai.

O trono de Deus não é somente um trono de majestade, mas também um trono de graça, diante do qual podemos, no nome de Jesus, ter a ousadia de comparecer abertamente para obter misericórdia e encontrar graça quando delas temos necessidade.

De facto, assim como temos o mandamento de invocar Deus e a promessa de que todos aqueles que o invocarem serão atendidos, assim também temos o mandamento preciso de o invocar no nome de Cristo, sendo-nos feita a promessa de obtermos o que em seu nome pedirmos.⁴³

Se se acrescenta que Deus, nosso Pai, está *nos céus*, é para significar a sua majestade indizível (que o nosso espírito, por causa da sua ignorância, não pode compreender de outro modo), pois para os nossos olhos não há realidade mais bela e de maior grandeza que o céu.

Nos céus, isso quer dizer que Deus é elevado, poderoso e incompreensível. E, quando compreendemos isso, impõe-se-nos elevar ao alto os nossos pensamentos, todas as vezes que Deus é nomeado, de modo a não imaginarmos acerca dele nada carnal nem de terrestre, nem o medirmos à medida da nossa compreensão, nem tão pouco submeter a sua vontade aos nossos desejos.

1.º Santificado seja o teu nome

Nomear Deus é prestar-lhe este louvor pelo qual os homens o celebram pelas suas virtudes, isto é, a sua sabedoria, a sua bondade, o seu poder, a sua justiça, a sua verdade, a sua misericórdia.

Pedimos, pois, que a majestade de Deus seja *santificada* pelas suas virtudes. Não, certamente, que ela possa crescer ou diminuir nela mesma. Mas é preciso que ela seja tida como santa por todos; é preciso que ela seja reconhecida e magnificada; é preciso, faça Deus o que fizer, que todas as suas acções sejam consideradas gloriosas, como elas o são. Desde logo, se Deus pune, deve ser tido por justo; se perdoa, por misericordioso; se cumpre as suas promessas, por verídico. E visto a sua glória estar como que entalhada em todas as coisas e nelas brilhar, é necessário que os seus louvores ressoem em todos os espíritos e sobre todas as línguas.

2.º Venha o teu reino

É próprio do Reino de Deus conduzir e governar os seus pelo seu Espírito Santo, a fim de mostrar, em todas as suas obras, as riquezas da

⁴³ João 14:13; 16:23.

sua bondade e da sua misericórdia. É também próprio do Reino de Deus lançar no abismo e confundir os reprovados que não querem submeter-se à sua sabedoria, e abater a sua maldita arrogância, de modo a que apareça claramente que nenhum poder pode resistir ao seu.

Imploramos, pois, que o Reino de Deus venha — isto é, que o Senhor multiplique dia a dia o número dos fiéis que, através de todas as suas obras, celebram a sua glória —, e que ele derrame mais abundantemente a afluência das suas graças sobre eles, a fim de que ele viva e reine neles cada vez mais, até que, tendo-os unido perfeitamente a si, os encha plenamente.

Pedimos ainda que Deus — mediante novos crescimentos — faça brilhar quotidianamente a sua luz e a sua verdade para dissipar e abolir satã, juntamente com as mentiras e as trevas do reino.

Quando oramos «Venha o Reino de Deus!», estamos a pedir que este Reino seja definitivamente levado à sua completude e cumprimento; estamos a pedir que venha a revelação do seu julgamento, esse dia em que só ele será exaltado e será tudo em todos, depois de ter recolhido e recebido os seus na glória, e ter inteiramente demolido e abatido o reino de satã.

3.º Seja feita a tua vontade na terra como no céu.

Aqui pedimos que Deus governe e conduza tudo na terra segundo a sua boa vontade, tal como ele o faz no céu; e ainda que ele conduza todas as coisas em direcção ao fim que lhe pareça bom, servindo-se para isso, segundo lhe apraz, de todas as suas criaturas, submetendo a si todas as vontades.

Ao pedirmos isso renunciamos a todos os nossos desejos próprios, submetendo e votando ao Senhor tudo o que há de disposições em nós, e rogando-lhe que conduza as coisas não segundo os nossos anelos mas de acordo com o que ele queira e decida.

Com isso não pedimos somente que ele torne vãos e sem efeitos os nossos desejos quando estes se opõem à sua vontade; pedimos ainda que ele crie em nós um novo espírito e um novo coração, mortificando os nossos de tal maneira que nenhum movimento de desejo se eleve em nós a não ser um puro consentimento da sua vontade.

Em suma, pedimos que o nosso querer não brote de nós mesmos, mas que seja o seu Espírito a querer em nós, e que, pela sua inspiração, aprendamos a amar tudo o que lhe é agradável, e a odiar e detestar tudo o que lhe desagrade.

4.º **Dá-nos hoje o nosso pão quotidiano**

Pedimos assim, de um modo geral, entre as coisas deste mundo, tudo o que é útil à conservação da nossa existência, não somente o alimento e o vestuário, mas tudo o resto que Deus sabe nos ser necessário para podermos comer o nosso pão em paz.

Para dizê-lo sucintamente, mediante esta petição recomendamos-nos à providência do Senhor, e entregamo-nos à sua solicitude, a fim de que ele nos alimente, mantenha e conserve. Porque este bom Pai não desdenha ter mesmo o nosso corpo à sua guarda e solicitude. Ele exercita assim a nossa confiança nele até nas pequenas coisas, fazendo-nos esperar dele tudo o que nos é necessário: até mesmo a última migalha de pão e uma gota de água.

Ao dizermos: «Dá-nos *hoje* o nosso pão quotidiano», mostramos que não devemos desejar senão aquilo de que temos necessidade no dia a dia, tendo a confiança de que, alimentando-nos hoje o nosso Pai, ele não deixará de o fazer amanhã.

Mesmo se estivermos presentemente na abundância, devemos sempre pedir o nosso pão *quotidiano*, reconhecendo que todo o meio de existência não tem sentido senão na medida em que o Senhor o faça prosperar e tornar proveitoso pela sua bênção. Porque o que está entre as nossas mãos não é *nosso* senão na medida em que Deus nos concede que o utilizemos hora após hora, e no-lo distribui alguns.

Ao dizermos o pão *nosso*, a bondade de Deus manifesta-se ainda mais, fazendo nosso o que de nenhum direito nos era devido.

Enfim, ao pedirmos que este pão nos seja *dado*, estamos com isso a significar que tudo o que nos cabe — mesmo quando damos a impressão de o ter alcançado pelo nosso trabalho — é um dom simples e gratuito de Deus.

5.º **Perdoa-nos as nossas dívidas como nós as perdoamos aos nossos devedores**

Com estas palavras pedimos que a graça e o perdão dos nossos pecados nos sejam concedidos, pois são necessários a todos os homens sem excepção.

Chamamos *dívidas* às nossas ofensas, pois devemos a Deus o pagamento da sua punição, e de nenhum modo poderíamos expiá-las se não fossemos absolvidos por essa remissão que é um perdão gratuito da sua misericórdia.

E pedimos que o *perdão* nos seja concedido como nós o concedemos aos nossos devedores, isto é, como nós perdoamos àqueles por

quem fomos feridos de algum modo, ou então ofendidos por actos ou injuriados por palavras.

Não se trata com isso de uma condição adicionada, como se, pela remissão que concedemos aos outros merecêssemos a de Deus para connosco. Trata-se, isso sim, de um sinal que nos é proposto por Deus para nos confirmar que o Senhor nos recebe de um modo tão certo na sua misericórdia quão certo é estarmos seguros nas nossas consciências de fazermos misericórdia aos outros, se de facto o nosso coração está purificado de todo o ódio, de toda a inveja e de toda a vingança.

Pelo contrário, mediante este sinal, Deus apaga do número dos seus filhos todos aqueles que, sendo levados à vingança e recusando perdoar, retêm as suas inimizades enraizadas nos seus corações. Que esses não procurem invocar Deus como seu Pai, porque a indignação que alimentam para com os outros cairia então sobre eles.

6.º Não nos induzas em tentação mas livra-nos do maligno.

Ámen

Com estas palavras não estamos a pedir que fiquemos livres de toda e qualquer tentação.⁴⁴ Temos uma grande necessidade de ser despertados, estimulados e agitados pelas tentações, nós que corremos o risco de nos tornarmos moles e preguiçosos quedando-nos numa muito grande quietude. Quotidianamente o Senhor prova os seus eleitos, instruindo-os mediante a ignomínia, a pobreza, a tribulação e outros tipos de cruz.

Mas a nossa petição implica que o Senhor nos dê também, com as tentações, o meio de delas sairmos, a fim de não sermos por elas vencidos e oprimidos, mas antes, fortificados pela força de Deus, resistirmos sempre firmes contra todos os poderes que nos assaltam.

Muito mais: sendo recebidos na sua salvaguarda a protecção, sendo santificados pelas graças do seu Espírito, sendo governados pela sua direcção, permaneceremos invencíveis contra o diabo, a morte e todos os artifícios do inferno. Eis aí o que significa ser libertado do maligno.

Impõe-se-nos ter em conta a maneira segundo a qual o Senhor quer que as nossas orações sejam medidas pela regra do amor, pois ele não nos ensina a pedir, cada um por si, o que lhe é bom, sem contemplação pelo próximo; em vez disso, ele ensina-nos a cuidar do bem do nosso irmão como se do nosso se tratasse.

⁴⁴ Na língua do Novo Testamento, a mesma palavra designa *tentação* e *prova*.

4. Preservar na oração

Ao terminarmos, impõe-se-nos observar que não devemos querer ligar Deus a nenhuma circunstância, do mesmo modo que nesta oração dominical é-nos ensinado a não o subtermos a nenhuma lei e a não lhe impormos nenhuma condição.

Antes de lhe dirigirmos uma qualquer petição em nosso favor, digamos-lhe logo à partida: «Que a tua vontade seja feita.» Começamos assim por submeter à sua a nossa vontade, a fim de esta — controlada por uma espécie de freio — não alimentar a presunção de se colocar numa posição superior.

Se, com os corações formados por essa obediência, nos deixarmos governar pela vontade da providência divina, aprenderemos facilmente a preservar na oração e a esperar o Senhor pacientemente, recuando na realização dos nossos desejos até à hora da sua vontade. Ficaremos assim seguros de que — independentemente do que nos possa parecer — ele está sempre presente nas nossas vidas, e de que, no tempo devido, manifestar-se-á como aquele que nunca teve orelhas moucas às nossas orações, ainda que, segundo o julgamento dos homens, estas pareçam não ter merecido a sua atenção.

E se, finalmente, depois de uma longa espera, se der o caso de os nossos sentidos não se aperceberem da utilidade da oração, não sentindo fruto algum dela resultante — se isso acontecer, então a nossa fé nos certificará daquilo que os nossos sentidos são impotentes para o fazer, isto é, que obtivemos tudo o de que precisávamos. Pela fé, possuiremos então a abundância na penúria, e o consolo na tribulação. Com efeito, mesmo se tudo deva faltar-nos, jamais Deus nos abandonará, pois não pode frustrar a espera e a paciência dos seus. E, sozinho, fará para nós as vezes de todas as coisas, já que contém todos os bens em si mesmo. E isto é algo que ele nos revelará plenamente no futuro.

QUINTA PARTE

Dos Sacramentos

1. Necessidade dos sacramentos

Os sacramentos foram instituídos para exercitar a nossa fé tanto diante de Deus como diante dos homens.

Diante de Deus, exercitam a nossa fé confirmando-a na verdade de Deus. Com efeito, o Senhor sabe que é útil à ignorância da nossa carne que os mistérios elevados e celestes nos sejam por ele propostos sob realidades carnaís. Não que essas qualidades estejam na natureza das coisas que nos são propostas nos sacramentos, mas sim porque a Palavra do Senhor as marca com uma tal significação. A promessa, contida na Palavra, precede sempre; o sinal é ajuntado para confirmar e selar essa promessa, e no-la entregar como mais segura, porque o Senhor vê que isso convém às nossas pobres aptidões. A nossa fé é tão pequena e tão fraca que, se não for apoiada de todos os lados e sustentada com todos os tipos de meios, ela é, subitamente, abalada, agitada e fica vacilante.

Diante dos homens, os sacramentos exercitam a nossa fé, visto então manifestar-se numa confissão pública, e ser assim incitada a louvar o Senhor.

2. O que é um sacramento

Um sacramento é um sinal exterior mediante o qual o Senhor representa e atesta a cada um a sua boa vontade para conosco, visando assim sustentar a fraqueza da nossa fé.

De um modo mais breve e mais claro, um sacramento é um testemunho, declarado por um sinal exterior, da graça de Deus.

A Igreja cristã não emprega senão dois sacramentos: o Baptismo e a Ceia.

3. O Baptismo

O baptismo foi-nos dado por Deus, em primeiro lugar para servir a nossa fé nele, em seguida para servir a nossa confissão diante dos homens.

A fé tem em conta a promessa mediante a qual o Pai misericordioso nos oferece a comunhão com o seu Cristo, a fim de, dele revestidos, participarmos de todos os seus bens.

O baptismo representa particularmente duas coisas: a purificação que obtemos pelo sangue de Cristo, e a mortificação da nossa carne que obtivemos pela sua morte.

O Senhor ordenou que os seus fossem baptizados para a remissão dos pecados.⁴⁵ E S. Paulo ensina que Cristo santifica pela Palavra da vida, e purifica pelo baptismo da água, a Igreja da qual ele é o esposo.⁴⁶ S. Paulo expõe também que somos baptizados na morte de Cristo ao sermos sepultados na sua morte para andarmos em novidade de vida.⁴⁷

Isto não quer dizer que a água seja a causa, nem sequer o instrumento, da purificação e da regeneração, mas somente que o conhecimento destes dons é recebido neste sacramento. É-nos dito que recebemos, obtemos, impetramos o que cremos nos ser dado pelo Senhor, que conheçamos estes dons pela primeira vez, quer, tendo-os já conhecido, fiquemos, a seu respeito, mais seguramente persuadidos.

O baptismo serve igualmente a nossa confissão diante dos homens, pois é uma marca mediante a qual, publicamente, fazemos profissão da nossa vontade de sermos contados no povo de Deus, a fim de servirmos e honrarmos Deus numa mesma religião com todos os fiéis.

Visto a aliança do Senhor connosco ser principalmente confirmada pelo baptismo, baptizamos também, com razão, os nossos filhos, pois eles participam na aliança eterna, mediante a qual o Senhor promete ser não somente o nosso Deus mas também o da nossa descendência.⁴⁸

A Ceia do Senhor

A promessa que acompanha o mistério da ceia declara com evidência o porquê da sua instituição e o para quê da sua tendência.

⁴⁵ Mateus 28:19; Actos 2:38.

⁴⁶ Efésios 5:26.

⁴⁷ Romanos 6:4.

⁴⁸ Génesis 17:6 ss.

Esse mistério confirma-nos que o corpo do Senhor foi dado por nós uma só vez de tal maneira que agora ele é nosso e sê-lo-á também perpetuamente, e que o sangue do Senhor foi derramado por nós uma única vez de tal modo que será sempre nosso.

Os sinais desse mistério são o pão e o vinho sob os quais o Senhor nos torna presente a verdadeira comunicação do seu corpo e do seu sangue. Trata-se de uma comunhão espiritual, para a qual é suficiente o elo do Espírito Santo, e que não requiere uma presença enclausurada quer da sua carne sob o pão, quer do seu sangue sob o vinho. Com efeito, ainda que Cristo, elevado ao céu, tenha deixado esta habitação terrestre na qual peregrinamos ainda, distância alguma, contudo, pode anular o seu poder mediante o qual nutre de si mesmo os seus, e nos permite — ainda que estejamos dele afastados — desfrutar, de uma maneira muito presente, da comunhão com ele.

Disso mesmo o Senhor nos dá, na ceia, um ensinamento tão certo e manifesto, que nos é necessário ser assegurados — sem dúvida alguma — de que Cristo, com todas as suas riquezas, está nela presente. E está-o não menos do que estaria se a sua presença fosse visível aos nossos olhos e ele pudesse ser tocado com as nossas mãos.

O poder e a eficácia de Cristo são tais que, na ceia, ele não somente comunica aos nossos espíritos uma confiança segura da vida eterna, mas também nos transmite a segurança da imortalidade da nossa carne. Com efeito, esta é já vivificada pela sua carne imortal e participa, por assim dizer, da sua imortalidade.

É por isso que o corpo e o sangue são representados sob o pão e o vinho, a fim de aprendermos não apenas que eles são nossos mas também que eles são para nós vida e alimento. Assim, quando vemos o pão consagrado ao corpo de Cristo, impõe-se-nos nesse mesmo instante conceber esta similitude: assim como o pão nutre e conserva a vida do nosso corpo, assim também o corpo de Cristo é o alimento e a protecção da nossa vida espiritual. E quando o vinho nos é apresentado em sinal do sangue, temos igualmente de considerar que recebemos espiritualmente do sangue de Cristo os mesmos benefícios que o vinho transmite ao corpo.

Assim este mistério, do mesmo modo que nos ensina quão grande é para nós a generosidade divina, exorta-nos igualmente a não sermos ingratos perante uma bondade tão aberta, antes devendo exaltá-la mediante os louvores convenientes e celebrá-la mediante acções de graças.

Somos, finalmente, exortados por este sacramento a unirmo-nos uns aos outros, com a mesma unidade que os membros de um

mesmo corpo, ligados entre si, experimentam em conjunto. Aguilhão algum mais forte e mais estimulante do que este nos poderia ser dado para promover e incitar entre nós uma caridade mútua: é o que acontece quando Cristo, dando-se a nós, não nos convida somente com o seu exemplo a darmos-nos e a consagrarmos-nos uns aos outros, mas, fazendo-se comum a todos, faz também de todos nós um em si-mesmo.

SEXTA PARTE

Da ordem na Igreja e na cidade

1. Os pastores da Igreja e a sua autoridade

Visto ter sido do agrado do Senhor que a sua Palavra, tal como os seus sacramentos, nos fossem dispensados pelo ministério dos homens, é necessário que haja pastores ordenados nas Igrejas, para ensinar ao povo, em público e em privado, a pura doutrina, para administrar os sacramentos, e para dar a todos o bom exemplo de uma vida pura e santa.

Aqueles que desprezam esta disciplina e esta ordem não ultrajam somente os homens mas Deus. Sectários, retiram-se da sociedade da Igreja, que não pode subsistir sem um tal ministério. Aquilo que o Senhor atestou uma vez não se reveste de pequena importância: quando os pastores que ele envia são recebidos, é ele mesmo que é recebido; e, de modo semelhante, é ele que é rejeitado quando eles o são.⁴⁹ E para que o seu ministério seja incontestado, os pastores receberam o notável mandamento de ligar e de desligar, acompanhado da promessa: «Tudo o que vós ligardes na terra será ligado no céu, e tudo o que desligardes na terra será desligado no céu.»⁵⁰ Cristo esclarece algures que ligar é reter os pecados e que desligar é perdoá-los.⁵¹ E o apóstolo declara como se desliga ao ensinar que o Evangelho é o «poder de Deus para a salvação de todo aquele que crê»⁵², e como se liga ao ensinar que os apóstolos estão «prontos também a punir toda a desobediência».⁵³ A súpula do Evangelho é que somos escravos do pecado e da morte, que somos disso desligados e libertados pela redenção que está em Jesus Cristo, e que aqueles que não o recebem como redentor ficam

⁴⁹ Mateus 10:40; Lucas 10:16.

⁵⁰ Mateus 18:18.

⁵¹ João 20:23.

⁵² Romanos 1:16.

⁵³ 2 Coríntios 10:6.

como que espartilhados de novo nos liames de uma mais grave condenação.

Lembremo-nos, contudo, que a autoridade atribuída pela Escritura aos pastores está toda ela contida nos limites do ministério da Palavra; com efeito, Cristo, para falar com rigor, não deu esta autoridade aos homens, mas sim à Palavra da qual fez destes homens servidores.

Que os ministros da Palavra ousem, pois, todas as coisas audaciosamente por essa Palavra da qual foram estabelecidos dispensadores. Que eles forcem todos os poderes, as glórias e as alturas do mundo, a abaixarem-se para obedecer à majestade dessa Palavra; que, mediante essa Palavra, se imponham a todos, dos maiores aos menores; que edifiquem a casa de Cristo, que abatam o reino de Satã, que apascentem as ovelhas, que matem os lobos, instruam e exortem os dóceis, acussem, repreendam e persuadam os rebeldes; mas tudo isso pela Palavra de Deus.

Se alguma vez se desviarem dessa Palavra, para seguirem os sonhos e as invenções das suas cabeças, então já não devem ser recebidos como pastores: tornaram-se lobos perniciosos que é preciso expulsar! Com efeito, Cristo ordenou-nos que não escutemos senão aqueles que nos ensinam o que colheram na sua Palavra.

2. As tradições humanas

S. Paulo deu-nos esta regra geral para a vida das Igrejas: «Que tudo se faça com decoro e com ordem.»⁵⁴ Não se deve, pois, considerar como *tradições humanas* as ordenanças que servem de elos para preservar a paz e a concórdia e para manter a ordem e a honestidade na assembleia dos cristãos. Elas estão em sintonia com a regra do apóstolo, desde que não sejam consideradas como necessárias à salvação, não liguem por meio da religião as consciências, não pertençam ao serviço de Deus, nem sejam tidas como um objecto de piedade.

Pelo contrário, impõe-se-nos resistir energicamente às ordenanças — consideradas como necessárias ao serviço e á honra de Deus — que, sob o nome de *leis espirituais*, viessem a ser estabelecidas para ligar as consciências. Tais ordenanças não somente destroem a liberdade que Cristo nos outorgou, mas também obscurecem a verdadeira religião e violam a majestade de Deus que quer, ele só, reinar pela sua Palavra nas nossas consciências.

⁵⁴ 1 Coríntios 14:40.

Que fique, pois, bem seguro e estabelecido que tudo é nosso, mas nós somos de Cristo,⁵⁵ e que Deus é servido em vão lá onde são ensinadas doutrinas que não são senão mandamentos de homens.⁵⁶

3. Da excomunhão

É pela excomunhão que são rejeitados da companhia dos fiéis — segundo o mandamento de Deus — aqueles que abertamente são debochados, adúlteros, ladrões, assassinos, avaros, raptos, injustos, provocadores, glutões, ébrios, sediciosos, perdulários, quando não se emendam depois de terem sido advertidos.

Ao excomungá-los, a Igreja não pretende lança-los numa ruína irremediável e no desespero; condena, sim, a sua vida e os seus costumes, advertindo-os de que serão sem dúvida condenados⁵⁷ se não se emendarem.

Trata-se de uma disciplina indispensável entre os fiéis, pois a Igreja é o corpo de Cristo e não deve ser maculada e contaminada por tais membros fétidos e corrompidos que desonram o Chefe. Os santos não devem ser corrompidos e estragados (como acontece) pelo convívio com os maus. Aliás, o castigo da sua malícia é proveitoso aos próprios maus, enquanto a tolerância torná-los-ia mais obstinados. Ao serem confundidos pela vergonha aprendem a emendar-se.

Se os maus se emendam, a Igreja recebe-os de novo com doçura na sua comunhão e na participação da unidade de que tinham sido excluídos.

Para que ninguém despreze obstinadamente o julgamento da Igreja, e não fique indiferente à condenação determinada pela sentença dos fiéis, o Senhor atesta que o julgamento dos fiéis nada mais é que a enunciação da sua própria sentença, e que o que eles pronunciaram na terra é ratificado nos céus.⁵⁸ É a Palavra de Deus que dá o poder de condenar os perversos tal como dá o de receber em graça aqueles que se emendam.

4. Os magistrados

Não somente o Senhor declarou que aprova o cargo dos magistrados e que um tal cargo lhe é agradável, mas também, calorosamente,

⁵⁵ 1 Coríntios 3:23.

⁵⁶ Mateus 15:9.

⁵⁷ No dia do julgamento.

⁵⁸ Mateus 18: 15-18.

no-lo recomendou, e honrou a dignidade dos magistrados com belos títulos de honra.

O Senhor afirma que eles são a obra da sua sabedoria: «Por mim», diz ele, «os reis reinam e os príncipes ordenam o que é justo; por mim governam os chefes, os grandes, todos os juízes da terra.»⁵⁹ No livro dos Salmos chama-lhes *deuses*, porque fazem a sua obra.⁶⁰ Algures está escrito que eles exercem a justiça para Deus e não para os homens.⁶¹ E S. Paulo cita, entre os dons de Deus, os superiores.⁶²

É, contudo, no capítulo 13 da Epístola aos Romanos que S. Paulo faz uma mais longa exposição a esse respeito, ensinando claramente que a autoridade dos magistrados provém de Deus, e que ele, são *ministros de Deus* para aprovar aqueles que fazem o bem e exercer a vingança de Deus punindo aqueles que fazem o mal.⁶³

Os príncipes e os magistrados não devem, pois, esquecer-se de quem eles são os servidores quando cumprem o seu ofício, nem fazer nada que seja indigno de ministros e de lugar-tenentes de Deus. O principal do seu cuidado deve ser conservar na sua verdadeira pureza a forma pública da religião, conduzir a vida do povo mediante boas leis, alcançar o bem e a tranquilidade tanto públicos como domésticos dos seus súbditos.

Tudo isto não pode ser obtido senão mediante estas duas coisas que lhes são recomendadas em primeiro lugar pelo profeta: a *justiça* e o *juízo*.⁶⁴

A *justiça* consiste em proteger os inocentes, mantê-los, guardá-los e livrá-los.

O *juízo*, esse, traduz-se em resistir à audácia dos maus, reprimir a violência e punir as perversidades.

Pelo contrário, o dever dos súbditos é não somente honrar e reverenciar os seus superiores, mas também recomendar ao Senhor, pela oração, a sua salvação e a sua prosperidade, submeter-se de bom grado à sua autoridade, obedecer às suas leis e constituições, e não recusar os encargos que por eles lhes são exigidos: impostos, portagens, contribuições e outros, serviços civis, requisições e todas as coisas semelhantes.

Não somente devemos obediência aos magistrados que exercem a

⁵⁹ Provérbios 8:5-16.

⁶⁰ Salmo 82:6.

⁶¹ Deuterónimo 1:17.

⁶² Romanos 12:8.

⁶³ Romanos 13:1-7.

⁶⁴ Jeremias 22:3 ss.

sua autoridade segundo o direito e de acordo com os seus deveres, mas é-nos também necessário suportar aqueles que abusam tiranicamente do seu poder até que, por ordem legítima, sejamos libertados do seu jugo. Porque se um bom príncipe é um testemunho da bondade divina em vista da salvação dos homens, um príncipe nocivo e mau é um flagelo de Deus para castigar os pecados do povo. Deve, contudo, ser geralmente tido por certo que a autoridade é dada a uns como aos outros por Deus mesmo, e que não podemos resistir-lhes sem resistir à ordem de Deus.

Impõe-nos, contudo, abrir sempre uma exceção quando se fala da obediência devida às autoridades: é que ela não deve desviar-nos da obediência devida Àquele aos éditos do qual convém que cedam os mandamentos de todos os reis. O Senhor é o Rei dos reis, e todos devem escutá-lo, a ele só, quando ele abriu a sua boca tão santa. É ele que deve ser escutado acima de tudo.

Enfim, não é de nenhum outro modo senão em Deus que somos submetidos aos homens que foram estabelecidos acima de nós. E se eles nos ordenam algo contra o Senhor, não devemos ter isso em conta, pondo antes em prática esta máxima da Escritura: «Impõe-se-nos mais obedecer a Deus do que aos homens.»⁶⁵

Bibliografia

Fontes

Institution de la religion chrestienne, J.-D. Benoit éd., Paris, Vrin, 5 volumes, 1957-1963.

Institution de la religion chrétienne, Genève, Labor et Fides - Kerygma, 3 volumes, 1955-1958.

Oeuvres choisies, O. Millet éd. Paris, Gallimard, Folio classique, 1995.

Literatura secundária

AA. VV. *Calvin et le calvinisme. Cinq siècles d'influences sur l'Église et la Société*, Genève, Labor et Fides, 2008. (Fornece ampla bibliografia)

BARTH, Karl, *Évangile et Loi* (1935), trad. fr., in *Karl Barth. Textes de 1932-1968*, Lausanne, Klauspeter Blaser, Université de Lausanne, 1996.

BOST, H., «Calvin lecteur de Romains 13», in AA. VV. *Actes du VIIe colloque Jean Boisset*, Montpellier, Sauramps, 1993.

BIÉLER, André, *La pensée économique et sociale de Calvin*, Genève, Georg, 1959.

BIELER, André, *L'homme et la femme dans la morale calviniste*, Genève, Labor et Fides, 1963.

CARBONNIER, J., «Le calvinisme entre la fascination et la nostalgie de la Loi», in *Études Théologiques et Religieuses* 64, 1990

CHENEVIÈRE, M.-E., *La pensée politique de Calvin*, Genève-Paris, Labor et Fides-Je Sers, 1937.

CROUZET, D., *Jean Calvin. Vies parallèles*, Paris, Fayard, 2000.

- DISSELKAMP, A., *L'Éthique protestante de Max Weber*, Paris, Presses Universitaires de France, 1994.
- FUCHS, Éric, *La Morale selon Calvin*, Paris, Éd. du Cerf, 1986.
- Idem, *L'Éthique protestante. Histoire et enjeux*, Paris-Genève, Les Bergers et les Mages-Labor et Fides, 1990.
- MIEGGE, Mario, *Vocation et travail. Essai sur l'éthique puritaine*, Genève, Labor et Fides, 1989.
- MÜLLER, Denis, *Jean Calvin. Puissance de la Loi et limite du Pouvoir*, Paris, Éditions Michalon, 2001.
- TROELTSCH, E., *Protestantisme et modernité*, Paris, Gallimard, 1994.
- WEBER, Max, *L'éthique protestante et l'esprit du capitalisme*, Paris, Flammarion, 2000.
- WENDEL, F., *Calvin. Source et évolution de sa pensée religieuse* (1950), rééd. Genève, Labor et Fides, 1989.

Índice

ANTELÓQUIO	3
SINOPSE CRONOLÓGICA	5
INTRODUÇÃO	13
 Primeira Parte	
DO CONHECIMENTO DE DEUS E DE NÓS MESMOS	35
 Segunda Parte	
DA LEI DO SENHOR	41
 Terceira Parte	
DA FÉ	51
 Quarta Parte	
DA ORAÇÃO	66
 Quinta Parte	
DOS SACRAMENTOS	74
 Sexta Parte	
DA ORDEM NA IGREJA E NA CIDADE	78
 BIBLIOGRAFIA	83